



**UEPB**

Universidade  
Estadual da Paraíba

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO GESTÃO PÚBLICA/TECNÓLOGO/EAD**

**JOELMA FERNANDES BEZERRA**

**EVASÃO ESCOLAR: POSSÍVEIS CAUSAS E AÇÕES INTERVENTIVAS  
(Um estudo junto a escolas públicas do município de Brejo do Cruz - PB)**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2020**

JOELMA FERNANDES BEZERRA

**EVASÃO ESCOLAR: POSSÍVEIS CAUSAS E AÇÕES INTERVENTIVAS**  
(Um estudo junto a escolas públicas do município de Brejo do Cruz - PB)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão Pública - Tecnólogo/EAD da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**Área de concentração:** Educação.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>.: Taíses Araújo da Silva Alves

**CAMPINA GRANDE - PB**  
**2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B574e Bezerra, Joelma Fernandes.  
Evasão Escolar: Possíveis Causas e Ações Interventivas [manuscrito] : um estudo junto a escolas públicas do município de Brejo do Cruz - PB / Joelma Fernandes Bezerra. - 2020.  
70 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande , 2020.  
"Orientação : Profa. Dra. Taíses Araújo da Silva Alves , Departamento de Educação - CH."  
1. Evasão Escolar. 2. Gestão Pedagógica. 3. Ações Interventivas. I. Título  
21. ed. CDD 371.2913

JOELMA FERNANDES BEZERRA

**EVASÃO ESCOLAR: POSSÍVEIS CAUSAS E AÇÕES INTERVENTIVAS**  
(Um estudo junto a escolas públicas do município de Brejo do Cruz - PB)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão Pública - Tecnólogo/EAD da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovada em: 11/09/2020

**BANCA EXAMINADORA**

*Táises Araújo da Silva Alves*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>.: Táises Araújo da Silva Alves (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Maria Valdenice Resende Soares*

Prof. Dr.<sup>a</sup>. Maria Valdenice Resende Soares – Examinadora  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

*Márcia Gomes dos Santos Silva*

Prof. Msc. Márcia Gomes dos Santos Silva – Examinador  
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Dedico este trabalho de modo especial a minha filha, Joyce Nicolly Fernandes de Sousa, meu esposo Jucélio Gomes de Sousa, aos meus pais, irmãos, e a toda minha família que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A toda minha família pelo incentivo e apoio incondicional.

Agradeço aos meus professores, direção e administração do curso, em especial a minha orientadora Taíses Araújo da Silva Alves, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pela suas correções e incentivos.

Aos meus colegas e parceiros que estiveram comigo durante toda esta empreitada, me incentivando sempre.

Ao Gestor Municipal, Francisco Dutra Sobrinho, pela imprescindível iniciativa em celebrar o convênio com UEPB, gerando oportunidades de capacitação de vários profissionais no Serviço Público.

Agradeço as pessoas de Adriana Fernandes Ferreira e Clarice Calista Dutra, que compartilharam comigo seus conhecimentos e inúmeras orientações durante o processo acadêmico.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente foram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Paulo Freire*

## RESUMO

A Educação é o direito que pode contribuir para a minimização das desigualdades sociais garantindo aos sujeitos a ascensão social e formando-os como cidadãos emancipados. Entretanto, dentre os muitos problemas que permeiam o âmbito escolar, a evasão representa um dos mais preocupantes exigindo da escola estratégias que estimulem o aluno a permanecer estudando e dar continuidade à sua formação acadêmica. Isto posto, a presente pesquisa aqui descrita tem como objetivo geral analisar o processo de evasão escolar junto a 3 escolas públicas municipais de Brejo do Cruz – PB. Para consecução deste objetivo buscamos compreender a importância da educação escolar para a formação dos sujeitos; refletir sobre os fundamentos legais do direito a educação; identificar possíveis fatores determinantes da evasão; apresentar os números da evasão escolar das escolas investigadas; analisar a gestão administrativa e pedagógica das escolas no que se refere à problemática da evasão escolar; identificar as causas da evasão escolar nas escolas investigadas e, a partir deste diagnóstico, propor alternativas de enfrentamento à evasão escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada através de análise de documentos e entrevista realizada com gestores e coordenadores pedagógicos das 3 (três) escolas objeto de estudo. Os pressupostos teóricos fundamentam-se em: Antunes (2010); Brasil (2017); Demo (2019); Ferreira (2011), Veiga (2007) dentre outros. Verificou-se que as três escolas analisadas apresentam índices reduzidos de evasão escolar do período de 2013 a 2019. Constatou-se, inclusive, que os gestores e coordenadoras pedagógicas possuem entendimento da importância de prevenir e combater o problema, contudo, alguns entrevistados demonstraram dificuldade em identificar os problemas internos das escolas que motivam o aluno a evadir revelando, assim, uma necessidade de maior atenção a estes problemas que precisam ser sanados tanto quanto os problemas externos que levam à evasão.

**Palavras- Chave:** Evasão Escolar. Gestão Pedagógica. Ações Interventivas.

## ABSTRACT

Education is the right that can contribute to the minimization of social inequalities by guaranteeing social ascension to subjects and forming them as emancipated citizens. However, among the many problems that permeate the school environment, dropout represents one of the most worrying, demanding from the school strategies that encourage the student to continue studying and continue his academic training. That said, the present research described here has the general objective of analyzing the school dropout process in 3 municipal public schools in Brejo do Cruz - PB. In order to achieve this objective, we seek to understand the importance of school education for the training of subjects; reflect on the legal foundations of the right to education; identify possible determinants of evasion; present the school dropout numbers of the investigated schools; analyze the administrative and pedagogical management of schools with regard to the problem of school dropout; identify the causes of school dropout in the schools investigated and, based on this diagnosis, propose alternatives to deal with school dropout. This is a qualitative research, of an exploratory nature, carried out through document analysis and interview conducted with managers and pedagogical coordinators of the 3 (three) schools studied. The theoretical assumptions are based on: Antunes (2010); Brazil (2017); Demo (2019); Ferreira (2011), Veiga (2007) among others. It was found that the three schools analyzed showed low dropout rates from 2013 to 2019. It was also found that managers and pedagogical coordinators have an understanding of the importance of preventing and combating the problem, however, some interviewees showed difficulty in identifying the internal problems of schools that motivate the student to evade, thus revealing a need for greater attention to these problems that need to be addressed as well as the external problems that lead to evasion.

**Keywords:** School dropout. Pedagogical Management. Interventional Actions

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição dos Gestores da amostra por idade.....	31
Figura 2 -Distribuição das Coordenadoras Pedagógicas por idade.....	32

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ata de encerramento da Escola 1.....	61
Tabela 2 – Ata de encerramento da Escola 2.....	61
Tabela 3 – Ata de encerramento da Escola 3.....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PBF – Programa Bolsa Família

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNALFA – Programa Mais Alfabetização

PNME – Programa Novo Mais Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSE – Programa Saúde na Escola

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS.....	15
3 EDUCAÇÃO BÁSICA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	18
4 O PROBLEMA DA EVASÃO ESCOLAR.....	21
5 A ESCOLA NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR.....	24
6 METODOLOGIA.....	28
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
7.1 Resposta e análise dos gestores.....	30
7.2 Resposta e análise das coordenadoras pedagógicas.....	32
7.3 As escolas e a problemática da evasão escolar.....	33
7.4 Reflexões sobre as possibilidades de ações interventivas frente à evasão escolar.....	56
8 CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES.....	65
APÊNDICE A - ATAS DE ENCERRAMENTO DAS TRÊS ESCOLAS (PERÍODO DE 2013 A 2019).....	65
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA AOS GESTORES E COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS.....	67

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação, direito de todos assegurado em legislação, é a porta de entrada para o mundo do trabalho, mas não se limita a isso tendo em vista que é através da Educação que as pessoas têm a oportunidade de mudar positivamente as suas trajetórias tornando-se emancipadas, críticas e conscientes da sua importância na construção de uma sociedade igualitária. Desta maneira, a escola deve estar preparada para receber os indivíduos, desde a infância, de modo que possa lhes instruir nas mais diferentes áreas do saber específico e complementar, ainda, a educação que lhes deve ser dada no âmbito familiar.

No Brasil a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional. A evasão ocorre quando o aluno deixa de frequentar a aula permanentemente. Essa temática se agrava entre crianças e jovens que estão no Ensino Fundamental da Educação Básica.

Esse problema ocasiona o analfabetismo, a distorção idade-ano, inúmeras deficiências culturais e linguísticas que acarretam dificuldades de aprendizagem, problemas de indisciplina, baixa autoestima, relações pessoais e profissionais conturbados, e por último, a dificuldade em entrar no mercado de trabalho.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como título: Evasão Escolar: Possíveis Causas e Ações Interventivas (Um estudo junto a escolas públicas do município de Brejo do Cruz - PB). Surge do seguinte questionamento: “Quais as causas geradoras da evasão escolar no Ensino Fundamental nas escolas municipais de Brejo do Cruz – PB e as ações interventivas realizadas para prevenir e/ou solucionar este problema?”.

Tem-se, deste modo, como objetivo geral, analisar o processo de evasão escolar junto a escolas públicas municipais de Brejo do Cruz – PB. E como objetivos específicos: compreender a importância da educação escolar para a formação dos sujeitos; refletir sobre os fundamentos legais do direito a educação; identificar possíveis fatores determinantes da evasão; apresentar os números da evasão escolar das escolas investigadas; analisar a gestão administrativa e pedagógica das escolas no que se refere à problemática da evasão escolar; identificar as causas da evasão escolar nas escolas investigadas e, a partir deste diagnóstico, propor alternativas de enfrentamento à evasão escolar.

A escolha do tema deu-se pelo desejo de descobrir a realidade das escolas campo de estudo acerca do problema da evasão escolar a partir da percepção dos membros das unidades entrevistados e, com isso, conhecer quais as medidas que já existem na dinâmica das escolas ou que ainda podem ser adotadas para minimizar essa vivência cotidiana.

Com efeito, o estudo tem relevância pessoal por ampliar os conhecimentos da pesquisadora acerca da temática da evasão escolar bem como entender melhor os aspectos em torno da Educação, mais precisamente da etapa do Ensino Fundamental de modo a possibilitar uma ressignificação da teoria estudada ao longo do curso de Gestão Pública.

No contexto social, possui importância por poder apresentar à comunidade escolar um maior entendimento acerca da ocorrência da evasão escolar nas suas turmas de Ensino Fundamental e, ainda, enfatizar as medidas implementadas e estratégias que podem ainda ser adotadas para lidar com o problema na escola servindo, inclusive, para maior conhecimento dos pais e alunos acerca do assunto.

Deste modo, espera-se que a pesquisa contribua para o aprofundamento e discussão de ações que possibilitem a melhoria da aprendizagem e inovações do ensino a serem geridas na instituição visando incentivar e estimular o aluno a permanecer na escola e oferecer elementos sugestivos para minimizar a problemática.

Este trabalho, além desta introdução, está dividido em cinco momentos, sendo eles: quatro na fundamentação teórica, o primeiro, *Educação e emancipação dos sujeitos*, traz algumas elucidações acerca da importância da Educação para a emancipação das pessoas, uma vez que esta Educação se volte à formação crítica e cidadã de cada aprendiz. No segundo momento, *Educação Básica – algumas considerações apresentam-se* alguns aspectos em torno da Educação Básica no Brasil, seus objetivos e importância e, inclusive, o que dispõe a legislação do país sobre este período de formação acadêmica. *O problema da evasão escolar*, terceiro momento, traz o conceito de evasão diferenciando-o, inclusive, do conceito de abandono escolar e tece algumas reflexões sobre sua ocorrência na escola, representando um dos problemas mais comuns e preocupantes do sistema educacional no país. A escola no combate à evasão escolar, quarto e último momento da fundamentação teórica aprofunda a discussão feita na seção anterior sobre a evasão tecendo algumas observações e reflexões sobre o papel na escola

diante desta problemática. O tópico dos resultados e discussão da pesquisa traz os dados colhidos com a entrevista feita com os Gestores e as Coordenadoras Pedagógicas das escolas *lócus* de estudo acerca da evasão em suas unidades de trabalho e, ainda, das ações interventivas, casos de fracasso e sucesso quanto ao problema da evasão dentre outras questões importantes para analisar a realidade das escolas quanto a este problema e, inclusive, o trabalho desenvolvido pelas equipes pedagógicas no enfrentamento e melhoria da realidade. Por fim, apresentar-se-ão, as conclusões obtidas no desenvolvimento da pesquisa.

## 2. EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS

O ser humano, desde a gênese da sua trajetória no mundo, sempre está voltado para a aprendizagem de algo. Observando o percurso histórico do homem desde as civilizações mais primitivas, vê-se que este sempre esteve inclinado ao saber que foi, ao longo dos séculos, se ampliando em todas as áreas.

Nessa perspectiva, a Educação desponta como o meio mais eficaz de ascensão social não somente por assegurar a entrada no mundo do trabalho, mas principalmente por formar os sujeitos para o pleno exercício da cidadania. Sob essa ótica, é por meio da Educação que as pessoas crescem cognitivamente e podem interferir de maneira positiva na comunidade social da qual participam.

Assim, no que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN (1996) é bastante clara a esse respeito quando declara que:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir do disposto na Carta Magna entende-se que a Educação brasileira deve ter a sua base na convivência e troca de experiências familiares para, posteriormente e em parceria, ser ampliada no âmbito escolar através do processo de escolarização onde o saber científico das mais diferentes disciplinas ganha destaque ao mesmo tempo em que são perpassados valores importantes para a convivência em sociedade. Nesse contexto, cabe ao Estado oferecer subsídios para que as unidades escolares ofertem uma Educação de qualidade, voltada à emancipação dos sujeitos.

Por emancipação, entende-se o ato de ser ou se tornar independente. Ora, uma pessoa emancipada é aquela que atribui significados ao que lê, ao que ouve, aos que produz. Está voltada para a busca cotidiana de aprimoramento cognitivo e pessoal e é capaz de atuar criticamente em qualquer segmento da sociedade. Essa Educação não está orientada apenas para a preparação para o mercado de trabalho, mas preocupa-se inclusive com os projetos de vida de cada sujeito,

respeitando e considerando a sua identidade e história e dando-lhe ferramentas para alcançar os seus objetivos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representa um importante documento legislativo para elucidação das condições necessárias à preservação dos direitos da criança e do adolescente. Consta em seu Livro I, no Capítulo IV, importantes disposições acerca Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Em seu artigo 53 (BRASIL, 1990, p. 40-41) está estabelecido que:

Art. 53 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único – É direito dos pais ou responsáveis ter ciência no processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A partir das diretrizes acima descritas, pode-se entender que a Educação é um processo abrangente que deve possibilitar o pleno desenvolvimento das aptidões humanas. Além disso, as relações existentes no âmbito escolar devem ser pautadas no respeito mútuo e na tolerância às diferenças. Além disso, alguns dos pontos cruciais elucidados pela lei dizem respeito à gratuidade do ensino público e ao direito dos pais ou responsáveis em atuar na criação das propostas educacionais. Logo, presume-se que a participação da família deve ser um hábito constante na formação acadêmica dos alunos não devendo se restringir ao ato da matrícula ou à apreciação das reuniões de pais e mestres, mas deve ser um trabalho de parceria e constante observação do rendimento escolar e eventuais entraves que se deem no processo de aprendizagem.

Contudo, não se pode ignorar que em um país marcado pelas desigualdades sociais, o acesso à Educação nem sempre ocorre de forma exitosa e esperada pelo que dispõe a lei. Neste sentido, a escola precisa estar apta para lidar com alunos de diferentes realidades, dando-lhe suporte. Sobre essa questão, Young (2007) argumenta que se as escolas precisam cumprir uma função relevante em propiciar a igualdade social, elas necessitam considerar, para isso, a base do conhecimento do currículo ainda que isso se mostre contra as reivindicações dos alunos e, por

vezes, de seus pais. Para o autor, as escolas devem questionar-se acerca da viabilidade do currículo. Ele enfatiza, ainda, que para as crianças de lares desfavorecidos, a atuação na escola pode vir a ser a única chance de conquistarem conhecimentos poderosos e serem habilitadas a caminhar intelectualmente para além de suas circunstâncias de vulnerabilidade social.

É justamente nessa perspectiva que a escola assume um caráter inclusivo na medida em que permite às pessoas, indistintamente, iguais condições de aprendizagem e de exploração de seus potenciais. Por meio da Educação, portanto, os talentos são descobertos, ampliados e expostos trazendo às pessoas a oportunidade de adquirirem um patamar de vida melhor, por vezes, das condições em que viva no presente.

Por conseguinte, Bueno (2001, p.06) afirma que:

Com relação ao alunado, a escola como espaço de convivência social, se torna um centro de referência pessoal que marca os sujeitos que por ali passam, pelo simples fato de estar nessa e não em qualquer outra, fruto de traços que a identificam, a tornam única: as oportunidades de convívio, as atividades das quais participam, as formas pelas quais “vivem” o cotidiano escolar.

Em seu discurso, Bueno (2001) destaca o valor da escola na formação de vida dos sujeitos. Com efeito, a escola passa a ser importante não somente para a formação acadêmica, mas também para a formação pessoal dos sujeitos. Isso se deve ao fato das experiências trocadas entre professores, alunos, diretores, entre todos os membros da instituição escolar. Isso ressalta a importância de promover uma Educação Humanizadora que desperte no indivíduo a consciência da sua função de promover, também, o crescimento do seu país colaborando com seus conhecimentos para que esse crescimento se efetive.

Deste modo, salienta-se que o processo educacional começa desde o nascimento, no âmago familiar, até a escolarização dos sujeitos, desde as séries iniciais até o Ensino Superior. Sendo assim, trata-se de um processo contínuo que envolve níveis cada vez maiores de conhecimentos e exige, para tanto, a participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Assim, professores e alunos, e demais integrantes da escola, estão em constante aquisição e ressignificação de saberes, num processo dinâmico e dialógico.

### 3. EDUCAÇÃO BÁSICA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como discutido no capítulo anterior, o processo educacional é contínuo e ininterrupto. A Educação Básica, formada por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo início ainda na infância. Todas as etapas são de extrema importância, pois elas formarão a base educacional do sujeito.

Ora, nessa perspectiva, a Educação Básica é a porta de entrada do sujeito no processo de escolarização, direito apregoado na Constituição Federal. Isso evidencia a importância dessa base para que os sujeitos tenham acesso ao saber científico e possam desenvolver as suas aptidões através da apreciação das diversas disciplinas que compõem o currículo da Educação Básica. Indubitavelmente, ela é determinante para que a sociedade cresça e para que os sujeitos tenham novas oportunidades de progredir na vida, não somente pelo preparo para o exercício profissional, mas também pela promoção de sua emancipação.

Segundo informa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (BRASIL, 1996, p.04) a Educação Básica:

É aqui entendida como aquela que venha a possibilitar a leitura, a escrita e a compreensão da língua nacional, o domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, bem como o domínio dos códigos sociais e outras informações indispensáveis ao posicionamento crítico do indivíduo face a realidade. A educação básica extrapola os limites da ação meramente escolar e passa a compreender ações educativas para outros segmentos da população brasileira que não tiveram acesso à escolarização ou dela ficaram alejados prematuramente. [...]

Conforme explicitado no documento legal, é dever da Educação Básica estabelecer paralelos entre a leitura e a escrita, bem como instruir os alunos em torno da língua nacional além do domínio das operações matemáticas tidas como /básicas. Esse trabalho volta-se não somente para a alfabetização dos sujeitos, mas preocupa-se com o letramento que é primordial para que os indivíduos não somente aprendam a codificar e decodificar, mas saibam atribuir significados ao que leem e escrevem.

Desta maneira, o Ensino Fundamental consiste na segunda etapa da Educação Básica e compreende a fase do 1º ao 9º ano atendendo a crianças entre

seis aos quatorze anos de idade. Por tratar-se de um período maior, está dividido em duas fases: anos iniciais e anos finais.

É nesta etapa de formação que serão aprofundados os saberes adquiridos ao longo da Educação Infantil sendo de extrema importância que esta tenha sido proveitosa e, efetivamente, promovido a alfabetização dos alunos, competência primordial para o progresso nas demais séries.

A Educação, nesse sentido, deve também considerar os saberes prévios que os alunos trazem consigo de suas vidas cotidianas e deve, essencialmente, estar atuando para minimizar as desigualdades sociais sempre a favor do bem comum e do desenvolvimento global dos sujeitos. Nesse sentido, também a formação subjetiva e de valores deve ser considerada numa troca contínua de conhecimentos e práticas que promovam a convivência pacífica entre os povos.

Rocha (2014) reforça essa premissa quando percebe que, quer seja pela lógica da qualificação do capital humano, fundamental para a produtividade econômica, quer seja pela vida do saber como redentor das massas oprimidas sendo, assim, necessário à sua libertação; a escolarização se configura como um recurso potente. Conforme aborda a autora, a educação é condição crucial para a transformação social e para a garantia de uma realidade humanamente mais justa e digna para todos.

Com efeito, Silva *et al* (2014, p.05) corroboram que:

É importante lembrar que o ensino fundamental ao ser obrigatório e gratuito, assegura também a oferta gratuita para todos aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria, isto quer dizer que o poder pública tem um compromisso explícito com o ensino fundamental, para toda a população cabendo a todos exigir acesso a ele caso não encontrem vagas nas escolas.

Os autores ressaltam, no fragmento acima, o dever do Estado de garantir que todos tenham acesso ao Ensino Fundamental. Quando, porém, isso não for possível, pode-se ingressar nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade educacional que foi criada justamente para aqueles jovens ou adultos que não concluíram a Educação Básica em idade apropriada. Essa preocupação com o público jovem e adulto não alfabetizado em idade correta revela uma tentativa de reduzir o analfabetismo ao mesmo tempo em que oportuniza ao cidadão expandir

as suas potencialidades no mercado de trabalho que é cada vez mais competitivo exigindo, portanto, profissionais cada vez mais especializados em suas funções.

Para que possa cumprir com suas atribuições, é válido frisar que o Estado precisa cotidianamente investir em Educação. Quando se fala neste investimento, não se refere somente aos recursos financeiros, cujos mesmos são indispensáveis para que haja melhorias no sistema educacional nacional; mas também diz respeito ao investimento direto nos recursos humanos, como a formação dos educadores, permitindo-lhes expandir suas ideias, aprimorar as noções adquiridas ao longo de sua formação docente para que assim possam confrontar esses saberes com os conhecimentos dos alunos e estejam aptos a enfrentar os desafios que surgem no cotidiano escolar, especialmente no sistema público de ensino. Demo (2001, p.21) reforça a importância da qualidade da Educação ao mencionar que:

A qualidade converge com a ideia de bem feito e completo. A educação é o termo resumo da qualidade na área social e humana, pois ele entende que não tem como chegar a qualidade sem educação. Esta educação por sua vez, exige construção e participação, precisa de currículo, de prédios, de equipamentos, mas sobretudo de bons professores, de gestão criativa e de ambiente construtivo, participativo, sobretudo de alunos construtivos e participativos para a qualidade se efetivar.

O autor sublinha a relevância de ambientes construtivos. Nessa perspectiva, tem-se um enfoque para a educação libertadora, defendida por Paulo Freire, cuja mesma se contrapõe ao ensino tradicionalista onde somente o educador tem o domínio da palavra. Ambientes construtivos, desta forma, são aqueles onde os alunos participam de todo o processo de aprendizagem sugerindo, questionando, colaborando, fazendo inferências e demonstrando sua curiosidade. Acerca desse espaço de trocas cotidianas, Davis (1993, p.53) esclarece que:

O espaço escolar não é apenas um continente, um recipiente que abriga alunos, livros, professores, um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um conteúdo, ele mesmo educativo. Escola é mais do que 4 paredes, é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento, tem que despertar interesse em aprender, além de ser algo alegre, agradável e confortável, tem que ser pedagógico.

Neste fragmento, a autora coloca a importância do espaço físico e também das relações existentes neste espaço. Sob esse prisma, a sala de aula não é somente um amontoado de objetos, mas é um espaço onde os alunos passarão boa parte do seu tempo sendo, assim, de extrema importância que esse tempo seja bem aproveitado. Assim, é interessante que os alunos sigam uma rotina que lhes ensine a ter disciplina, organização do tempo e que lhes motive a saberem administrar o tempo em sala de aula da melhor forma a fim de que possam extrair das aulas o máximo de saberes possíveis. Ao educador, cabe mediar essa organização atuando sempre em colaboração com os alunos e primando para que neste ambiente as relações sejam sadias e pautadas no respeito e solidariedade.

#### 4. O PROBLEMA DA EVASÃO ESCOLAR

O período escolar é marcado por descobertas diárias, inquietações, dificuldades e conquistas. Desde que é introduzido no âmbito escolar, o indivíduo tem múltiplas oportunidades de expandir suas ideias ao mesmo tempo em que conhece outros pontos de vista e aprende a respeitar opiniões diferentes das suas numa constante troca de conhecimento. Essa troca é de suma importância, pois a ciência comprova que o ser humano aprende mais através da socialização.

Vygotsky *apud* Almeida e Portela (2009, p.151) corrobora com esse pensamento ao dizer que:

O desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num certo grupo cultural, através da *interação* que estabelece com os outros indivíduos da sua espécie. Para esse autor, é o aprendizado que possibilita e movimenta o processo de desenvolvimento. [...]

Contudo, ao longo da formação acadêmica, muitos alunos e alunas deixam de frequentar a escola, interrompendo esse processo de aprendizagem que é tão significativo e determinante para seu futuro. Nessa perspectiva, é relevante fazer uma diferenciação entre dois conceitos amplamente discutidos no âmbito escolar que são: abandono escolar e evasão escolar.

Com efeito, segundo esclarece o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (1998) *apud* Filho e Araújo (2017) o abandono

escolar é o termo utilizado para designar a situação em que o aluno desliga-se da escola, porém retorna à instituição no ano seguinte a este desligamento. Outra conceituação de abandono escolar é a do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (2012) *apud* Filho e Araújo (2017) que entendem que o abandono diz respeito ao afastamento do aluno do sistema de ensino e desistência das atividades escolares sem a solicitação da transferência.

Por outro lado, entende-se por evasão escolar a situação em que o estudante deixa a escola ou é retido em determinado ano letivo e, no ano subsequente, não se matriculou para dar prosseguimento aos estudos. Com isso, pode-se concluir que o abandono escolar diz respeito a uma situação temporária em que o aluno distancia-se da escola, mas volta às suas atividades educacionais no ano letivo seguinte. Contudo, a evasão escolar, temática central deste estudo, é um problema mais grave, pois o aluno sai da escola permanentemente.

Vale frisar que, conforme apontam Neto e Hanushek (1994) *apud* Shirasu e Arraes (2015) a evasão e a repetência escolar são problemas intrínsecos e a junção deles tem sido vista como uma das mais expressivas falhas do sistema educacional brasileiro ao longo dos anos haja vista que, frequentemente, os índices que indicam esses fenômenos no país são maiores em comparação aos demais países, apontam os autores.

Ainda sobre a evasão escolar, Silva e Santos (2015, p.31) apontam que:

Por ser um fato histórico, a evasão escolar é um fenômeno decorrente do fracasso escolar. [...] Por ser uma questão abrangente e está relacionada ao problema da aprendizagem, a evasão se torna um fato que precisa ser analisado e discutido. Só assim, se promoverá um processo onde se busque construir e reconstruir o sujeito enquanto um ser social.

Os autores supracitados colocam a evasão escolar como decorrência do fracasso escolar. Ainda, chamam a atenção para a importância de pais e educadores e toda a sociedade civil problematizarem o problema da evasão de modo que seja possível identificar as causas para que se possa, posteriormente, desenvolver alternativas de enfrentamento do problema.

A despeito disto, o que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.

Em seu lugar, o que se vê é que cada vez mais a evasão escolar vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas.

Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional.

Ainda, de acordo com Silva e Santos (2015) o abandono escolar consiste numa medida de desempenho (ou rendimento) das instituições escolares e dos sistemas educacionais, cuja mesma investiga qual o índice de alunos matriculados no ano letivo que deixaram a escola antes que o ano fosse concluído. Com efeito, essa medida compõe uma taxa que é complementar às taxas de aprovação/reprovação escolar, as quais verificam, respectivamente, o índice dos matriculados que são vistos como aptos a darem continuidade nesse processo.

O ensino fundamental além de obrigatório é de suma importância na vida das crianças e adolescentes, é nesse decurso que é desenvolvido a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita, dos cálculos, dos valores em que se fundamentam e o fortalecimento dos vínculos familiar.

Analisando a questão evasão escolar no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação com base em uma metodologia de acompanhamento longitudinal da trajetória dos estudantes apresentam, dados importantes acerca do fluxo escolar em todas as etapas da Educação Básica.

As informações obtidas representam um grande avanço no monitoramento da educação e na condução das políticas públicas e só são possíveis a partir da metodologia de coleta de dados individualizados, adotada pelo Censo Escolar desde 2007, e que permitiram um acompanhamento do estudante ao longo de sua trajetória escolar. Uma das principais contribuições é a possibilidade de acompanhar os indicadores de todo o território nacional conforme indicam os dados do INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019, p .01):

A taxa de evasão no último segmento do ensino fundamental caiu de 5% para 4,3%, na transição dos anos 2016 e 2017. Para o mesmo período, no ensino médio passou de 11,1% para 9,1%. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de repetência passou de 7,4% em 2014 para 7,1% em 2016 e a evasão escolar caiu 0,1%, atingindo 1,5% em 2016.

Os dados nacionais revelam que está o alto percentual de evasão escolar vem sendo trabalhado e apresentado uma pequena redução nessa temática e que atinge desde o nível micro (a escola) até o nível macro (Estado e o país). Isto acontece porque, quando o aluno evade, ele não só compromete o seu desenvolvimento intelectual e sua formação pessoal, mas também ocasiona um atraso que refletirá na sociedade visto que esta é formada de pessoas que podem ou não contribuir para seu crescimento. Por essa razão, a evasão compromete a ascensão social e está relacionada, também, com os índices de criminalidade, haja vista que muitas pessoas, ao não conseguirem progredir a partir dos estudos, culminam por encontrar no crime a solução para atender às suas demandas pessoais básicas de sobrevivência.

Vide art. 206, inciso I, da CF (1988) e art. 3º, inciso I, da LDB (1996), o direito à permanência na escola (assim como os demais relacionados à educação) é assegurado tanto aos alunos da rede pública quanto particular de ensino, não mais sendo admissível a aplicação da “expulsão” do aluno a título de sanção disciplinar. Vide também o art. 6º da Lei nº 9.870/1999 de 23/11/1999 é expresso ao proibir a aplicação de qualquer sanção pedagógica, assim como a retenção de documentos, no caso de inadimplência somente poderá ocorrer ao final do ano letivo ou, no ensino superior, ao final do semestre letivo quando a instituição adotar o regime didático semestral.

## **5. A ESCOLA NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR**

A escola é uma das instituições mais sérias e importantes da sociedade. É através do trabalho realizado na escola que se formam cidadãos devidamente preparados para a transformação positiva do mundo em sua amplitude. Entretanto, muitos são os desafios encontrados pelas instituições escolares todos os dias e a evasão é, sem dúvidas, um dos mais alarmantes.

Quando a lei fala em igualdade de condições para o acesso e permanência, está também implícita a necessidade de uma “adaptação” da metodologia de ensino aos novos tempos, de modo que a educação atenda as “necessidades pedagógicas” específicas do alunado, tal qual previsto no art. 100, caput, do ECA; art. 4º, incisos VI e VII, 26, 28 e 37, da LDB e disposições correlatas contidas no Plano Nacional de Educação - PNE.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 8.069/90), um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, cabe a instituição escolar valer-se de todos os recursos aos quais disponha para garantir a permanência dos alunos na escola. Prevê ainda a legislação que esgotados os recursos da escola, a mesma deve informar o Conselho Tutelar do Município sobre os casos de faltas excessivas não justificadas e de evasão escolar, para que o Conselho tome suas medidas cabíveis.

Sobre o exposto, Antunes (2004, p. 15, grifos do autor) afirma que:

Acreditamos que a aprendizagem humana somente se processa na medida em que o educando é capaz de construir significados e atribuir sentido ao conteúdo da aprendizagem; aceitamos dessa maneira, que todo aluno é sempre o agente central na forma como constrói conhecimentos. Em outras palavras, pensamos avaliação da aprendizagem através de uma *perspectiva construtivista*.

A evasão escolar esta dentre os temas que historicamente fazem parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupam até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face disto as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança. No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio educacional. LDB (1996).

O Estatuto da Criança e Adolescente ((1990) afirma que, para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, é preciso uma educação que garanta o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho e para isso devem ser

assegurados a eles igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o respeito dos educadores, o direito de serem contestados os critérios avaliativos da escola, o direito de organização e participação em entidades estudantis, o direito de acesso à escola pública gratuita próxima de sua residência.

E para assegurar o direito ensino obrigatório, o ECA chama a responsabilize o poder público e os pais ou responsáveis, no sentido de que haja oferta de vagas nas escolas, e de que os pais cumpram a obrigatoriedade de matricular os filhos e de assegurar a frequência deles às aulas.

A luta dos educadores e especialistas comprometidos com as causas populares e envolvidos em políticas de educação escolar, de demais políticas socioeducativas esteve marcada, em geral, pelo embate entre o público e o privado.

De maneira geral, os estudos analisam o fracasso escolar, a partir de duas diferentes abordagens: a primeira, que busca explicações a partir dos fatores externos à escola, e a segunda, a partir de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontados o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E dentre os fatores internos são apontados à própria escola, a linguagem e o professor. Ferreira (2011, p.32) afirma que:

São várias e as mais diversas as causas da evasão escolar ou infrequência do aluno. No entanto, levando-se em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, pode-se classificá-las, agrupando-as, da seguinte maneira: Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficientes, ausência de motivação, etc; Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problemas de saúde, gravidez, etc; Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc; Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues etc.

Logo, considerando a análise de Ferreira, pode-se inferir que as causas da evasão escolar têm raízes econômicas, culturais e até mesmo políticas. Todas essas questões devem ser consideradas pela escola, a fim de que se possa descobrir a raiz do problema para melhor enfrentá-lo.

Por sua vez, no que concerne ao papel do educador, Demo (2009, p. 82) afirma que “[...] é preciso saber discutir e praticar boa aprendizagem, antes no

professor, e logo no aluno”. O papel do educador, nesse processo, é primordial, pois pode ser determinante para que o aluno se sinta motivado a permanecer na escola.

A família também é apontada como um dos determinantes do fracasso escolar da criança, seja pelas suas condições de vida, seja por não acompanhar o aluno em suas atividades escolares.

De acordo com Dessen e Polonia (2007) a escola e a família dividem funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que favorecem e interferem na formação cidadã. Ambas têm a responsabilidade pela transmissão e criação do saber culturalmente organizado, transformando as formas de funcionamento psicológico, a partir das expectativas de cada ambiente. Logo, a família e a escola atuam como duas instituições essenciais para oportunizar os processos educativos dos sujeitos agindo como propulsoras ou inibidoras de seu crescimento físico, cognitivo, emocional e social. Por conseguinte, “uma escola, hoje, necessita estar ligada às transformações do tempo, precisa considerar as evoluções da sociedade. Quanto mais antiga for a sociedade, mais patriarcal ela será.” (WERNECK 2003, p. 96)

Frente à complexidade da questão e dos problemas hoje enfrentados pelas famílias e pelas escolas públicas brasileiras, pouco ou quase nada se pode exigir, tanto por parte dos pais/responsáveis como por parte dos profissionais da escola. Porém, crê-se que se é possível destinar uma sugestão, especificamente à escola estudada, que ao permitir a realização deste estudo, possibilitará a visualização de suas potencialidades.

A articulação destas instituições, no caso, Escola e Família, pressupõe, ainda, a inserção de ambas nos movimentos sociais que lutam pelo acesso da população à condição de cidadania e à construção de políticas educacionais que possibilitem uma melhoria real da educação no país.

Deste modo, torna-se imperativo que a escola tenha delimitado todo um plano de enfrentamento da evasão escolar, atuando em parceria com a família para que os alunos permaneçam na escola e deem prosseguimento aos estudos.

## 6. METODOLOGIA

A presente pesquisa pauta-se em um estudo sistemático e investigativo acerca da temática abordada em três escolas pertencentes à rede municipal da cidade de Brejo do Cruz - PB como a busca das causas da evasão escolar, possibilitando em um plano posterior o trabalho com a questão de forma particularizada. Assim, em razão das demandas e problemas a serem identificados, optou-se por tratar da questão da evasão escolar com prioridade e atenção particular.

Nesta perspectiva, a pesquisa é de cunho qualitativo, utilizando técnicas de entrevistas para coleta de dados atualizados. Desta maneira, os questionários foram aplicados às equipes de gestores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares *lócus* de estudo.

Com efeito, trata-se de uma pesquisa de campo, visto que, conforme explica Severino (2007, p.123):

[...] o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador.

Como universo de estudo, foram elencadas três escolas do município de Brejo do Cruz – PB denominadas, respectivamente, de Escola 1, Escola 2 e Escola 3. Buscou-se conhecer a realidade das três escolas quanto à evasão escolar dos alunos do Ensino Fundamental I e II nas escolas escolhidas para análise.

Assim, da população, “universo/sujeitos da pesquisa”, será trabalhado com uma amostra desse universo. Portanto, Ruido (1986, p. 62) coloca que:

Uma pesquisa geralmente não é feita com todos os elementos que compõe uma população. Costuma-se, neste caso, selecionar uma parte representativa dela, denominada “amostra”. [...] Amostra é, portanto, uma parte da população, selecionada de acordo com uma regra ou plano.

Colaboraram com o estudo os três gestores das escolas supracitadas bem como quatro coordenadoras pedagógicas atuantes nas instituições os quais têm maior propriedade para elucidar os aspectos referentes à evasão escolar.

Como Instrumentos de pesquisa utilizados nesse estudo, foram elaborados e aplicados questionários. A coleta será individual e agendada previamente segundo a disponibilidade dos sujeitos envolvidos.

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão apresentados os resultados alcançados por meio dos questionários elaborados, com a finalidade de alcançar os objetivos propostos para o estudo. Com efeito, essa apresentação é seguida de uma análise e discussão dos dados colhidos a partir do olhar dos gestores e coordenadores pedagógicos das três escolas escolhidas para o estudo acerca da evasão escolar. Vale enfatizar que esta análise terá embasamento, sempre que possível, na literatura consultada.

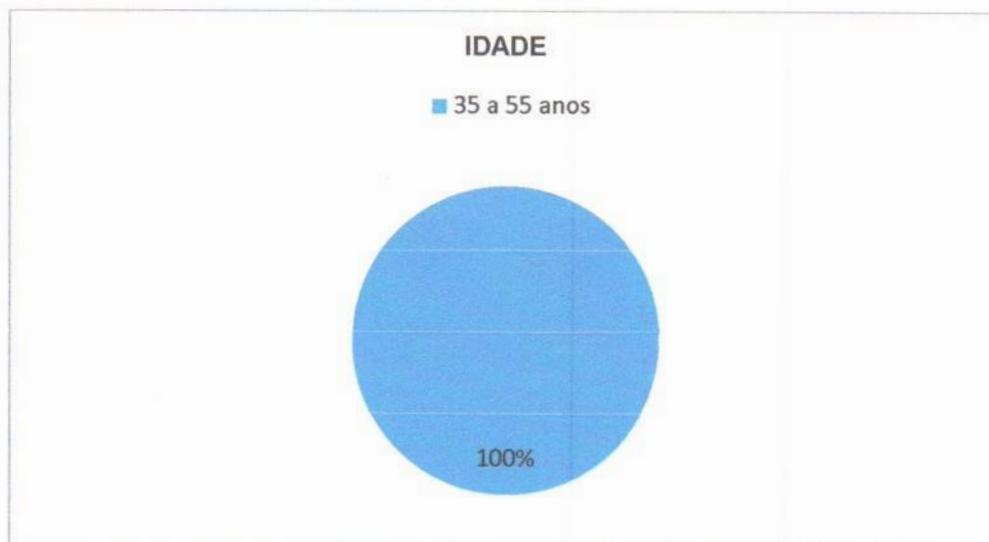
Assim, para a realização da pesquisa foram elencadas três escolas da rede pública municipal de Brejo do Cruz – PB *lócus* deste estudo. Desta maneira, tratar-se-á cada instituição escolhida por **Escola 1**, **Escola 2** e **Escola 3** respectivamente. Também os colaboradores entrevistados terão as suas identidades preservadas tratando-os por **Gestor da Escola 1, 2 e 3** e **Coordenador pedagógico da Escola 1, 2 e 3** respectivamente. Nessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa exploratória a fim de colher dados de cada ambiente escolar analisado.

A primeira parte do questionário visava colher alguns dados pessoais dos entrevistados relacionados à sua formação e atuação no segmento educacional. Antes, porém, de detalhar esses dados, é preciso enfatizar que as Escolas 1 e 2, respectivamente, possuem apenas uma profissional, em cada unidade, exercendo a função de Coordenadora Pedagógica enquanto que a Escola 3 possui duas profissionais exercendo este trabalho. Ainda vale frisar que do grupo de oito colaboradores entrevistados, apenas um pertence ao sexo masculino e os demais profissionais, ao sexo feminino, revelando que a ideia predominante de que parte significativa dos profissionais da Educação pertence ao sexo feminino também acontece nas escolas *lócus* de estudo.

### 7.1 Resposta e análise dos gestores

Assim, todos os Gestores entrevistados informaram estar na faixa etária entre 35 a 55 anos de idade. Com efeito, quanto ao nível de escolaridade destes, todos possuem Pós-graduação completo.

**Figura 1** - Distribuição dos Gestores da amostra por idade



**Fonte:** gráfico elaborado pela pesquisadora

No que se refere ao tempo de atuação na escola, a **Gestora da Escola 1** relatou estar a menos de um ano na instituição; a **Gestora da Escola 2**, por sua vez, declarou trabalhar na escola a mais de dez anos e o **Gestor da Escola 3** também atua na referida unidade a mais de dez anos.

Finalizando a primeira parte do questionário, foram colhidos os dados sobre a situação profissional de cada entrevistado e os três, por unanimidade, relataram ser funcionários efetivos do município de Brejo do Cruz.

Analisando estes dados, pode-se ver que todos os profissionais têm formação adequada para o cargo que assumiram e dois deles já desempenham esta função a uma década, revelando com isso uma experiência neste segmento. Apenas uma das gestoras revelou estar nesta função pela primeira vez, indicando estar na Administração da Escola 1 a menos de um ano.

Deve-se sublinhar que a formação profissional é um dos requisitos essenciais para que o profissional, seja ele Gestor ou Coordenador Pedagógico, possa desenvolver um trabalho de qualidade. Estar constantemente voltado para um alcance de novos níveis de letramento em sua formação, participar de formações continuadas e buscar inovações para a sua prática, são tão fundamentais quanto as vivências do cotidiano, onde a teoria se junta à prática gerando um saber mais enraizado.

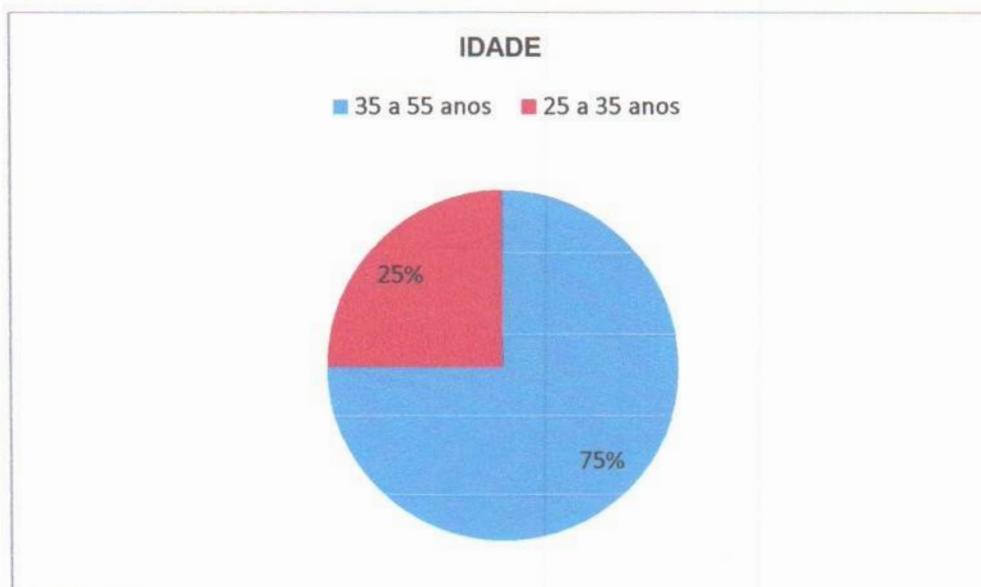
Santos (2014) reforça este pensamento ao dizer que o profissional comprometido com seu trabalho sabe que sua formação não termina na graduação.

Nesta perspectiva, segundo a autora, a Universidade norteia para caminhos, explora conceitos e ideias e o fundamental para cada especialidade. Desta maneira, para que possam se capacitar cada vez mais no seu ofício, os gestores e educadores precisam estar constantemente engajados em formações continuadas, estudando, aprendendo na prática, pesquisando, observando, errando muitas vezes até que possam ser profissionais competentes. Assim sendo, o profissional da contemporaneidade terá cada vez mais que se especializar, sendo criativo, inventivo, inovador e imaginador.

## 7.2 Resposta e análise das coordenadoras pedagógicas

Ao todo, quatro Coordenadoras Pedagógicas colaboraram com este estudo. A Escola 1 conta com uma Coordenadora Pedagógica cuja mesma informou estar na faixa etária entre 35 e 55 anos de idade. A Escola 2 também dispõe de uma profissional Coordenadora Pedagógica que está na faixa etária entre 25 e 35 anos de idade. Apenas a Escola 3 dispõe de duas profissionais, uma para trabalho com os educadores do Ensino Fundamental I e outra para trabalho com os educadores do Ensino Fundamental II e ambas estão na faixa etária dos 35 a 55 anos de idade.

**Figura 2** - Distribuição das Coordenadoras Pedagógicas por idade



**Fonte:** gráfico elaborado pela pesquisadora

Em se tratando do nível de escolaridade das entrevistadas, todas possuem Pós-graduação completo. Quanto ao nível de atuação das Coordenadoras nas escolas, a **Coordenadora da Escola 1** informou estar atuando a mais de dez anos; a **Coordenadora da Escola 2** afirmou estar nesta função entre 1 e 3 anos e das **Coordenadoras da Escola 3**, uma está no trabalho a menos de 1 ano e a outra entre 3 a 5 anos. Por fim, foi indagada a situação profissional de cada entrevistada e todas, assim como os Gestores de cada uma das escolas, são servidores do quadro efetivo do município.

Assim como o Gestor escolar, o Coordenador Pedagógico tem um papel crucial na dinâmica da escola, pois atua em parceria com os professores visando oferecer estratégias e metodologias de ensino pertinentes ao alcance de níveis cada vez mais profundos de aprendizagem. Segundo observa Libâneo (2004) as funções de Coordenação Pedagógica podem ser sintetizadas em: planejar, coordenar, gerir, acompanhar e avaliar todas as atividades pedagógicas e curriculares da escola e da sala de aula, objetivando alcançar os níveis satisfatórios de qualidade da aprendizagem dos alunos.

### 7.3 As escolas e a problemática da evasão escolar

Visando conhecer de forma mais aprofundada a evasão nas escolas *locus* de estudo, a segunda parte do questionário tem início com a seguinte pergunta:

**6 ) Quais são as ações/políticas que têm sido desenvolvidas pela escola no combate à evasão?**

Em resposta a este questionamento, a **Gestora da Escola 1** relatou que está a menos de 01 (um) ano atuando no cargo de gestora, porém dando continuidade às ações que visam combater a evasão escolar. Há algumas ações, segundo a entrevistada, que motivam a permanência dos alunos na escola como adequações na estrutura física da escola; formação continuada para professores e demais equipes da escola para melhor atender os alunos. A **Gestora 1** enfatiza, ainda, que todas essas medidas contam *“sempre com o apoio da secretaria municipal de educação.”*

A **Gestora da Escola 2** citou as atividades referentes ao Programa Novo Mais Educação – PNME; Programa Mais Alfabetização – PNALFA; Pacto pela

Aprendizagem na Paraíba – SOMA; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC; Programa Saúde na Escola – PSE; Serviço de Atendimento Psicosócio-pedagógico e PDDE Interativo – 2015/2018.

O **Gestor da Escola 3** citou que, de acordo com os planos elaborados na escola as políticas públicas definidas para tentar combater a evasão escolar são: a promoção da interação entre escola e comunidade escolar, promoção de jogos e gincanas, trabalho com atitudes de respeito às diversidades sociais, envolvendo a inclusão com base no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o desenvolvimento de projetos que, segundo o **Gestor** da referida escola: “*potencializem e motivem os discentes a uma aprendizagem satisfatória, bem como, a política de monitoramento da frequência dos alunos.*”

Por sua vez, a **Coordenadora Pedagógica da Escola 1**, quando indagada acerca destas ações/políticas de enfrentamento à evasão, enfatizou a elaboração de planos estratégicos que contemplam as dificuldades dos alunos. Além disso, a entrevistada citou a importância de: “*projetos interdisciplinares; ambiente saudável e acolhedor; transporte escolar e merenda de qualidade.*”

A **Coordenadora Pedagógica da Escola 2** informou que a escola conta com diversos programas que ajudam a combater a evasão, são eles: Soma; Programa Novo Mais Educação; PNAIC; PSE; Mais Alfabetização; projetos interdisciplinares e culturais; semanas literárias dentre outras ações que buscam, segundo ela afirma: “*estabelecer e motivar a presença dos alunos tanto no turno em que estudam, quanto no contraturno*”

As **Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3** responderam a questão dizendo que ocorre, na instituição, o acompanhamento semanal da infrequência; convocação dos pais ou responsáveis dos alunos que estão com baixa frequência; encaminhamento de informações aos órgãos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, as entrevistadas mencionaram que a escola desenvolve a estratégia de a família estar sempre justificando as faltas dos alunos sublinhando que a falta só é permitida em casos de extrema necessidade a exemplo de uma consulta médica, dia de realização de exames médicos. Ainda, as profissionais informam: “*Estamos frequentemente em contato com os pais e responsáveis; realizamos o planejamento pedagógico; Conselho de Classe; reuniões com os pais e responsáveis, bem como, fazemos notificações de alunos infrequentes e com baixo rendimento.*”

Conforme se pode constatar a partir dos dados informados pelos entrevistados, todas as escolas possuem ações concretas de enfrentamento da evasão. Estas ações vão desde uma parceria e diálogo mais expressivos com os pais dos alunos até a adesão a Programas Federais de atividades extracurriculares que, somadas ao ensino regular, têm objetivo de expandir as possibilidades dos alunos através do aumento de permanência destes nas escolas para a experiência de diversas atividades de reforço, a exemplo do Programa Federal de Educação Integral PNME acima citado. Ainda, os entrevistados demonstraram ter entendimento da importância de tais políticas e de um acompanhamento diário de aspectos como frequência e baixo rendimento que estão diretamente associados à problemática da evasão, bem como da importância do investimento no educador, na estrutura física das escolas e na alimentação oferecida assegurando a estes alunos maior conforto e melhores condições para que se sintam seguros e motivados a permanecerem na escola.

Contudo, é válido fazer uma observação quanto à fala da Gestora 2. Percebe-se que as ações por ela citadas referem-se à programas externos à escola cujos mesmos não estão diretamente atrelados ao problema da evasão. Neste sentido, houve uma imprecisão nas informações quanto às ações criadas e executadas pela própria instituição.

Com efeito, Cattani e Ferrarini (2010) sublinham que as políticas compensatórias são fundamentais para amenizar as múltiplas expressões da questão social e fortalecer os sujeitos envolvidos, porém precisam ser conectadas com mecanismos capazes de oportunizar a autossustentação das famílias e comunidades atendidas atribuindo sustentabilidade às ações realizadas. Nessa perspectiva, assistir e emancipar deixam de constituir-se em processos concorrentes ou contraditórios e assumem, assim, uma relação indissociável. Logo, trata-se de assistir emancipando e emancipar assistindo.

Tão importante quanto saber as medidas escolares de enfrentamento da evasão é saber, ainda, de que forma tais políticas são desenvolvidas no dia a dia da instituição. Assim sendo, a sétima pergunta dizia:

**7 ) Como estas políticas têm sido desenvolvidas?**

A **Gestora da Escola 1** argumentou que a escola procura sempre desenvolver ações de incentivo e motivação para a permanência dos alunos da escola por meio do diálogo. Nas palavras da **Gestora 1** é realizado um trabalho para: *“preparar da melhor forma a equipe docente para que, conseqüentemente, seja possível proporcionar um ensino de qualidade.”*

A **Gestora da Escola 2** informou que estas políticas são postas em prática por meio de Projetos de Leitura; aulas dinâmicas; videoaulas; atividades que valorizam o aluno e sua autoestima; planejamentos pedagógicos e acompanhamento psicológico.

O **Gestor da Escola 3** relatou que estas políticas e ações se desenvolvem de forma contínua e anual tendo em vista que na escola parte-se do princípio de conhecer um pouco a realidade do aluno que apresenta a característica de evasão fazendo, assim, um monitoramento com abordagem de conscientização e orientações que possam minimizar as possíveis causas identificadas pela escola. Segundo aponta o **Gestor 3**: *“Em alguns casos, os responsáveis são notificados e devidamente encaminhados ao órgão do conselho Tutelar. As ações que abordam discriminação, dificuldades de aprendizagem e desvalorização do ensino sistemático, as causas mais comuns, são desenvolvidas e trabalhadas nas práticas pedagógicas.”*

A **Coordenadora Pedagógica da Escola 1** afirmou que: *“Nos últimos anos a escola tem se preocupado em planejar e executar estas ações a partir de um monitoramento de frequência; acompanhamento no ensino-aprendizagem, visitas domiciliares às famílias dos alunos, etc.”*

Por sua vez, a **Coordenadora da Escola 2** respondeu que as ações têm se desenvolvido de maneira a motivar os educandos à permanência na escola, mediante atividades lúdicas; vivências didáticas; esporte; música; dança; cuidados com a saúde, etc. De acordo com a profissional, todas essas atividades: *“São desenvolvidas buscando motivar e estimular a permanência dos alunos na escola.”*

De acordo com as **Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3**, as políticas são desenvolvidas através do planejamento pedagógico; gincanas; Projetos de Leitura e de noções matemáticas; jogos internos e celebração de datas comemorativas, como também de premiações no desempenho de cada bimestre. Foi relatado pelas entrevistadas que: *“Quando a família justifica a falta do aluno é registrado no campo de observações deste aluno no diário de classe e estes casos*

são informados, também, à Coordenação Pedagógica. Além disso, nos encontros semanais são informados e analisados estes casos e nos planejamentos são discutidas, refletidas e traçadas as ações pedagógicas acima citadas a fim de despertar no aluno um maior interesse por fazer parte da dinâmica escolar.” Com efeito, as Coordenadoras reiteram o diálogo com os pais ou responsáveis e a busca pela solução dos casos em que as faltas são frequentes e, se necessário, o caso é passado ao Conselho Tutelar do município.

Mediante as informações colhidas, pode-se ver que as ações realizadas por todos os profissionais entrevistados revelam uma integração entre medidas tomadas no ambiente escolar e, se necessário, estratégias tomadas por órgãos como o Conselho Tutelar que tem respaldo e atribuições voltadas justamente para problemas como a evasão de crianças e adolescentes. Por conseguinte, todas as ações implementadas pelas escolas são baseadas na colaboração entre todos os profissionais desde a Gestão até a colaboração e parceria das famílias dos alunos, com especial ênfase àqueles alunos que têm maiores dificuldades, menor rendimento e são mais faltosos.

Segundo Leite e Pedro (2015) a participação da família na escola é uma tarefa de responsabilidade, porém torna-se hodiernamente um desafio diante das modificações estruturais pelas quais as famílias vêm passando. Para as autoras, as famílias esforçam-se na medida do possível, contudo alguns pais ainda se distanciam da cultura escolar dos filhos, fator que torna complexa a integração da comunidade na escola.

Muitos e diferentes fatores contribuem para a evasão nas escolas e é primordial que a instituição identifique esses fatores para planejar as melhores estratégias de lidar com o problema. Partindo do entendimento da importância de conhecer tais fatores, a oitava questão dizia:

**8) Quais são os aspectos sociais, culturais e econômicos que você considera como determinantes da evasão destes alunos?**

Segundo a **Gestora da Escola 1**: “ No meu entendimento são vários aspectos sociais, culturais e econômicos que estão intrinsecamente ligados à evasão e um deles é a escassez de emprego, como também a falta de incentivo por parte de alguns pais sobre a importância da educação na vida futura dos filhos.”

A **Gestora da Escola 2** citou: *“Dentre esses fatores, percebo: as famílias desestruturadas, o trabalho infantil, a falta de acompanhamento dos pais, migração das famílias em busca de melhores condições de vida e a baixa estima dos alunos.”*

Por sua vez, o **Gestor da Escola 3** afirmou que os aspectos mais comuns são envolvimento com drogas, prostituição e a gravidez na adolescência. Em aspectos culturais, citou: *“A falta de incentivo e valorização da educação e em aspecto econômico está a baixa renda familiar e o trabalho da criança e do adolescente.”*

Acerca desta questão, a **Coordenadora Pedagógica da Escola 1** citou a deficiência na articulação de um planejamento de qualidade pelos segmentos sociais, culturais e econômicos, que segundo ela é um *“ fator que interfere nessa permanência dos discentes.”*

A **Coordenadora da Escola 2** afirmou entender que os fatores são diversos. Segundo ela, dentre esses fatores estão: *“As famílias desestruturadas, a falta de acompanhamento escolar no tocante a alguns pais, a desmotivação e baixa estima pela parte de alguns alunos.”*

As **Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3** relataram que: *“ Percebemos que os aspectos mais comuns são o envolvimento com as drogas, a gravidez na adolescência, como também a falta de renda necessária para a sobrevivência na família que faz com que muitos alunos deixem permanentemente a escola para que possam trabalhar e ajudar nas despesas de casa.”*

Notoriamente, a partir dos problemas citados pelos entrevistados, pode-se perceber que os mesmos conhecem uma série de dificuldades que podem ocasionar a evasão escolar dos seus alunos. Deve-se frisar, dentre esses problemas, a desigualdade social que coloca famílias à margem da sociedade em situação econômica muito desfavorável. Tal situação, em muitos casos, obriga os pais a colocarem seus filhos desde muito cedo para trabalhar e assim, colaborar para a subsistência da família. Esses dados, presentes na realidade de muitas famílias em todo o Brasil, revelam a urgência dos agentes governamentais responsáveis investirem em políticas públicas que subsidiem estas famílias de modo que os pais e responsáveis tenham oportunidade de trabalhar e sustentar suas famílias e os filhos tenham resguardados os seus direitos de vivenciar a infância e a adolescência e se dedicar aos estudos.

Sobre estas questões, Cury (2005) analisa que há problemas que perpassam a escola, estando nela, mas não sendo dela. São exemplos: desigual distribuição de renda e a incapacidade do país em redistribuí-la de modo mais equitativo; pacto federativo carente de um modelo de colaboração recíproca em que a divisão de impostos seja mais equilibrada; grande número de municípios pequenos e pobres desprovidos de recursos próprios; dívidas do país com empréstimos externos e, por vezes, a má administração e utilização dos recursos existentes.

Embora tenha consciência da sua responsabilidade na formação acadêmica dos sujeitos, a escola muitas vezes se depara com entraves a um ensino qualitativo. Nesse sentido, quanto à evasão escolar, é preciso refletir sobre a responsabilidade da escola quanto à inclusão de todo o alunado evitando, com isso, que ocorra a evasão. Seguindo esta ótica, a nona questão visava descobrir:

**9) Na sua opinião qual é a responsabilidade da escola no processo de inclusão dos alunos e no combate a esta exclusão destes estudantes no sistema educacional?**

Para a **Gestora da Escola 1**: *“A escola desempenha um papel fundamental neste processo, porque em sua maioria é na escola que os alunos enxergam apoio e motivação para seguir em frente em sua vida educacional. Portanto, cabe a todos que fazem a escola, acolher e incentivar a permanência dos alunos na instituição.”*

A **Gestora da Escola 2** afirma que a inclusão nas escolas atualmente é uma realidade crescente. De acordo com ela: *“Cada vez mais são vistos em escolas regulares alunos especiais com deficiências cognitivas, motoras e/ou sensoriais.”* Para ela, é um desafio, mas a escola está sempre buscando novas didáticas para incluí-los de acordo com suas limitações. O amor e o respeito vêm sempre em primeiro lugar para que as crianças se sintam incluídas no ambiente escolar.

O **Gestor da Escola 3** elucidou que a escola tem um papel fundamental e interventor, pois a mesma é uma instituição inserida e envolvida na comunidade e não pode deixar de lado seu papel social. Nesse sentido, para o Gestor: *“A escola pode viabilizar a comunicação e apresentar ganhos e atendimentos que as famílias podem ter em relação à inclusão.”*

A **Coordenadora Pedagógica da Escola 1** destacou que: *“A educação é um dever de todos, sendo garantida a participação efetiva, sem discriminação, dando*

*oportunidade de igualdade na perspectiva de um bom resultado no processo de ensino-aprendizagem.”*

A **Coordenadora Pedagógica da Escola 2**, por sua vez, declarou que: “A escola precisa ser acolhedora e procurar sempre metodologias atrativas, projetos que aproximem as famílias.” Neste sentido, de acordo com a profissional, uma forma de combater a exclusão dos estudantes seria investimento na formação de professores, pois assim haveria novas práticas e métodos que melhor fundamentariam a busca pela permanência e pela aprendizagem significativa.

Em sequência, as **Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3** afirmaram que: “A educação inclusiva acontece voltada para a cidadania com reconhecimento e valorização dos alunos, sem preconceito e eliminando os obstáculos que possam limitar a aprendizagem dos alunos.” Além disso, destacaram a importância de garantir a matrícula e boa prática pedagógica que atenda às necessidades de aprendizagem do aluno.

Os entrevistados colocaram, em suas respostas, a importância da Educação Inclusiva na contemporaneidade. A inclusão escolar deve ser uma busca constante e estar direcionada não somente para a integração e socialização dos alunos com deficiências, mas para toda a diversidade humana, zelando para que todos os membros da instituição tenham o respeito por suas subjetividades.

Com efeito, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a Educação Especial ganhou novo sentido segundo indica Brasil (2008) como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o Atendimento Educacional Especializado – AEE e disponibilizando os serviços e recursos próprios desse atendimento, orientando os alunos e profissionais da educação quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Tão importante quanto às medidas internas de melhoria do trabalho escolar frente ao problema da evasão é a parceria entre a instituição e as famílias dos seus estudantes. Sabendo disto, na décima questão objetivava-se compreender:

**10) Como tem sido a relação escola/família no que diz respeito à problemática da evasão?**

A **Gestora da Escola 1** revelou que neste aspecto: *“A escola vem sempre procurando manter essa relação de forma ativa, sempre mantendo o contato com a família quando necessário, por meio de telefonemas, convocação para reunião de pais e mestres, como também em visitas domiciliares.”*

A **Gestora da Escola 2** explicou que: *“A escola a cada dia vem melhorando a relação família/escola conhecendo a realidade da comunidade onde está inserida, desenvolvendo projetos que envolvam todos e conscientizando-os que família e escola precisa caminhar juntos.”*

Por sua vez, o **Gestor da Escola 3** afirmou que esta relação escola/família no contexto da problemática acontece de maneira agradável e se coloca favorável a solucionar a situação; porém, segundo sublinha o **Gestor 3**: *“Em alguns casos os pais se apresentam impotentes no domínio da situação em relação aos filhos.”*

Em resposta a esta questão, a **Coordenadora Pedagógica da Escola 1** declarou que a escola e a família são duas instâncias inseparáveis na vida do indivíduo, as quais têm a responsabilidade de colaborar e incentivar no processo educacional e social. Portanto, a Coordenadora comentou que: *“A família conhece e sabe de seu papel, por isso se dispõe a ser parceira da escola auxiliando no enfrentamento dos desafios.”*

Por sua vez, a **Coordenadora Pedagógica da Escola 2** disse que: *“Procuramos sempre manter o bom relacionamento com as famílias e buscamos conscientizá-las sobre a importância da educação e do acompanhamento familiar no processo de aprendizagem. Promovemos sempre reuniões de pais e mestres, culminância de projetos, dentre outras ações que aproximem mais comunidade e escola.”*

As **Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3** relataram que: *“A presença da família na escola se faz necessária para que juntos dialoguem esclarecendo os pontos essenciais, orientando e buscando caminhos para que aconteça a permanência do aluno na escola.”* As profissionais consideram esta aproximação na escola em que atuam como boa e sólida, pois as famílias atendem aos chamados da escola escutando o que a instituição tem a dizer e tentando ajudar a solucionar o problema. No entanto, as Coordenadoras relatam que em muitos casos, é perceptível que a família já não tem mais pulso, controle sobre o filho, tendo em vista que ele já decide e a opção é pelo que lhe convém no momento que é evadir da escola.

Ora, o discurso dos entrevistados evidencia realidades parecidas quando dizem que muitas famílias dos alunos atendidos se mostram presentes inclusive no tocante à evasão. Contudo, conforme sublinhado pelo Gestor e pelas Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3, esta realidade nem sempre é positiva apontando para lares desestruturados, onde pais não conseguem impor limites aos filhos e, por conseguinte, onde não conseguem evitar a evasão destes discentes da escola. Esses dados revelam um problema que independe da escola por ser um fator externo comum a muitas realidades no país, onde muitas famílias não conseguem motivar e manter os filhos na escola, pois falta neles o interesse em dar prosseguimento à sua formação acadêmica por razões várias a exemplo da busca de emprego, envolvimento com práticas ilícitas, gravidez na adolescência, desinteresse ou dificuldades de aprendizagem que levam estes alunos a se desencantarem e desacreditarem da sua formação educacional.

Acerca do papel das famílias Splendor (2013) corrobora com essa ideia ao dizer que um aluno proveniente de uma família estruturada que encontra nela todo apoio que necessita, tem mais chances de sucesso escolar. Uma boa educação dentro de casa assegura uma base mais sólida e segura no contato com as adversidades culturais e sociais, características do processo de amadurecimento. Por outro lado, a omissão familiar pode acarretar em graves danos na formação, reduzindo os valores, podendo levar os mais jovens ao mundo das drogas e outras futilidades que delas façam parte e sejam tidas como normais.

Visando conhecer a relação entre as escolas campos de estudo e o Conselho Tutelar do município de Brejo do Cruz – PB, foi questionado:

**11) Como tem sido a relação da escola com o Conselho Tutelar da cidade no que diz respeito ao enfrentamento da problemática da evasão?**

Segundo a **Gestora da Escola 1**: “ O Conselho Tutelar é um órgão parceiro da escola e sempre que há a necessidade ele é acionado.” Por sua vez, a **Gestora da Escola 2** afirmou que: “A relação com o órgão é a mais estreita possível, pois são nossos parceiros e sempre que a escola precisa a equipe nos atende com a maior satisfação em nos apoiar sempre que necessário.”

O **Gestor da Escola 3** informou que a relação da escola com o órgão do Conselho Tutelar é agradável e não existem dificuldades de comunicação e

atendimento. No entanto, disse ele: *“A atuação deste órgão sobre alguns casos é ineficiente e sem retorno para a escola.”*

De acordo com a **Coordenadora Pedagógica da Escola 1**, a referida unidade escolar sempre foi bem muito bem assistida no que tange às demandas que competem ao Conselho Tutelar. Com o auxílio deste, no entendimento da entrevistada: *“A escola torna-se mais fortalecida e protegida.”*

A **Coordenadora da Escola 2** também mencionou que a escola tem uma boa relação com o Conselho denominando-o como um grande parceiro da unidade. Segundo ela: *“Os membros do Conselho Tutelar sempre nos acolhem bem e realizam as visitas às famílias”*. Contudo, assim como mencionado pelo Gestor da Escola 3, a Coordenadora ressaltou que os conselheiros pecam na devolutiva que deveria ser dada à escola de modo documental ou mesmo de modo informal, explica ela, de forma que se a escola não buscar esses dados, os mesmos não serão entregues.

Com efeito, as **Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3** reforçaram que o Conselho Tutelar desenvolve um trabalho bom com a escola e as famílias tentando solucionar os problemas do afastamento escolar, mas que ainda deixa a desejar no sentido de um trabalho mais criterioso. Para elas: *“É uma relação boa, mas sem reciprocidade.”* Assim, semelhante informaram outros entrevistados, o órgão atende ao chamado da escola, recebe a ação, mas não dá retorno de modo que a instituição escolar desconhece o que acontece após entregar o caso.

Fazendo uma análise das experiências relatadas pelos profissionais de todas as escolas em estudo, pode-se ver que há uma convergência de dados quanto às situações que envolvem o Conselho Tutelar da cidade. Este órgão, como se sabe, é uma instância crucial e indispensável na luta pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes a nível nacional sendo preponderantes para a proteção destes sujeitos nas mais diversas áreas de sua vida familiar, social e cultural. A fala dos entrevistados aponta para um trabalho bom, mas que ainda pode melhorar expressivamente no que se refere ao retorno de informações para que a escola saiba como procederam e que fim tiveram os casos que por ela foram enviados. Essa dificuldade de diálogo e informação entre escola e Conselho Tutelar, revela a necessidade de adequação do órgão quanto a esta questão para que assim a comunidade escolar tenha ainda mais afinidade com o órgão e este, maior

credibilidade e transparência no que se propõe a fazer, inclusive sobre a questão da evasão escolar.

Souza, Teixeira e Silva (2003) reforçam que em relação ao Conselho Tutelar, embora seja um relevante canal de atendimento aos direitos sociais, é visível a necessidade urgente da articulação das diversas instâncias sociais envolvidas no direito à cidadania, com ênfase à escola. Sem essa relação, o Estatuto corre o risco de se transformar em um instrumento ineficaz na luta pelos direitos da infância e da adolescência no Brasil.

No desenvolvimento de seu trabalho é preciso que a escola documente e acompanhe diariamente o índice de alunos evadidos, bem como os casos de alunos que deram continuidade à sua formação de modo a verificar o sucesso ou fracasso de suas ações nesse sentido e, por conseguinte, fazer as melhorias cabíveis. Nessa perspectiva, a décima segunda questão dizia:

**12) Em relação a esse trabalho de combate à evasão, a escola tem casos de sucesso ou mesmo de fracasso que sejam consideráveis?**

A **Gestora da Escola 1** esclareceu que: *“Como toda e qualquer instituição de ensino apresenta índices de evasão escolar, nossa escola já obteve sucesso como também fracasso na luta contra a evasão. Porém sempre utilizando estratégias com o intuito de resgatar os alunos.”*

Por sua vez, a **Gestora da Escola 2** afirmou que, considerando todos os problemas sociais que envolvem a escola e a família, a escola tem sido bem sucedida no que diz respeito à evasão, abandono ou fracasso escolar. Segundo a Gestora: *“Os casos de evasão são mínimos, graças ao esforço de toda a equipe escolar que desenvolvem um trabalho significativo.”*

De acordo com o **Gestor da Escola 3**: *“É considerado, diante do trabalho desenvolvido na escola, um resultado de sucesso onde em 2018 constatou-se um abandono escolar de 0,3% e em 2019 de 0,0%”*. A **Coordenadora Pedagógica da Escola 1** reforçou que: *“A escola tem sim casos de sucesso, porque trabalha com ações de prevenção que auxiliam no combate à evasão.”*

Conforme informa a **Coordenadora Pedagógica da Escola 2**, existem casos de sucesso, pois: *“A escola vem diminuindo gradativamente os casos de evasão escolar. No ano de 2019, foi possível zerar este índice mediante muito trabalho e dedicação de toda a equipe escolar.”*

As **Coordenadoras da Escola 3** responderam que: *“Considera-se que as ações desenvolvidas pela escola são ações significativas visto que em 2018 teve como resultado final 0,3% e em 2019 chegou a zerar o abandono escolar.”*

Os dados mencionados pelos entrevistados estão documentados nas atas de encerramento das instituições escolares expostas nos apêndices desta pesquisa que revelam os números quanto à evasão escolar nas instituições do período de 2013 a 2019.

Conforme pode ser visto a partir das informações declaradas pela Gestora e Coordenadora Pedagógica, pode-se ver que no decorrer dos últimos sete anos, a **Escola 1** reduziu a zero o número de alunos evadidos. É um resultado satisfatório tendo em vista que no ano de 2013, a escola teve ao final do ano letivo, 25 alunos da comunidade evadidos. Com efeito, os índices apresentados pelo Censo da escola denotam o sucesso das medidas implementadas para combate e resolução do problema e confirmam as informações prestadas pela Gestora e Coordenadora pedagógica da instituição. Assim, medidas de prevenção como a motivação constante do alunado e interventivas a exemplo das visitas domiciliares, podem ser determinantes para o sucesso acima evidenciado.

Notoriamente, também a **Escola 2** obteve resultados satisfatórios no período de 2013 a 2019 quanto à evasão. As informações colhidas nas atas de encerramento revelam que a unidade escolar não teve nenhum aluno evadido em 2019 e, desde 2013, obteve uma redução excelente destes números que em 2013 indicava 30 estudantes evadidos.

A minimização deste índice ao longo do período analisado revela sucesso no trabalho realizado pela equipe escolar quanto ao assunto. Contudo, é válido frisar que a manutenção deste quadro requer um esforço e trabalho continuados que contemple desde as melhorias da estrutura física da escola até as ações junto às famílias, numa parceria continuada e na busca de soluções para os casos que possam vir a acarretar a evasão do aluno. Nessa perspectiva, é válido frisar o trabalho docente, a parceria entre Gestão e Coordenação e também a dinâmica interna da escola que deve atentar para as necessidades e realidade particular em que seus alunos estão inseridos.

Assim como as Escolas 1 e 2, a **Escola 3** também demonstrou bons resultados no trabalho preventivo e interventivo quanto à evasão ao longo do

período de 2013 a 2019. A redução significativa dos números de alunos evadidos confirma os dados fornecidos pelo Gestor e pelas Coordenadoras Pedagógicas.

Evidentemente, não existe um manual pelo qual as instituições escolares possam se orientar com a certeza de total sucesso na prevenção à evasão escolar. É preciso, fundamentalmente, que haja um trabalho em conjunto que identifique as raízes do problema e considere a realidade do público que a escola atende. Nesse processo, ouvir as famílias e reconhecer as inquietações dos alunos, é fator preponderante para que se possam buscar soluções para o problema.

Por conseguinte, Gadotti (2003) observa que é necessário construir uma escola pública universal que seja, de fato, igual para todos, mas que considere as diferenças locais, regionais, enfim, a multiculturalidade que é uma concepção tão cara e essencial da teoria da educação popular.

É mister enfatizar, ainda, que o Programa Bolsa Família também exerce influência direta no controle da evasão escolar. De acordo com dados veiculados no portal da Caixa (2020) este Programa foi criado pela Lei nº 10.836/04. Trata-se de um programa de transferência direta de renda que favorece famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

Desta maneira, como critérios para recebimento do Bolsa Família, podem ser citados: todas as famílias com renda por pessoa de até 89 reais (famílias em situação de extrema pobreza), bem como famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 reais mensais desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (famílias em condição de pobreza com crianças e adolescentes).

Assim, o objetivo principal do Programa é auxiliar as famílias mais necessitadas do ponto de vista econômico lhes dando mensalmente um auxílio financeiro. Contudo, para que possam ser beneficiadas e não tenham o benefício cancelado, é primordial que as famílias contempladas atendam aos seguintes pré-requisitos: inclusão da família, pela prefeitura, no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal; seleção pelo Ministério da Cidadania; no caso de existência de gestantes, é fundamental o comparecimento às consultas de pré-natal, em conformidade com calendário preconizado pelo Ministério da Saúde (MS), participação em atividades educacionais oferecidas pelo Ministério da Saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável, no caso de inclusão de nutrizes (mães que amamentam), manter atualizado o cartão de vacinação das crianças de 0 a 7 anos de idade, acompanhamento da saúde das mulheres na faixa de 14 a 44 anos,

assegurar a frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos.

Justamente, pode-se notar uma estreita relação entre o Programa Bolsa Família e a presença do aluno na escola. Por tratar-se de uma ação governamental voltada às famílias mais carentes do Brasil, o Programa também incentiva a frequência do aluno, quer seja ele criança ou adolescente. Quando exige a frequência mínima, o Programa motiva não somente a matrícula do estudante na escola, mas principalmente a sua permanência nas atividades escolares agindo, desta maneira, no combate à evasão escolar.

Além disso, ao fomentar a permanência da criança e do adolescente na escola por mais tempo, o Programa Bolsa Família colabora, também, para o combate ao trabalho infantil tendo em vista que “ao se elevar o número de horas em que as crianças permanecem na escola, tem-se, conseqüentemente, uma redução das horas disponíveis para o trabalho, além de fornecer uma formação mais ampla para os jovens.” (CACCIAMALI, TATEI e BATISTA, 2010, p.289).

Com efeito, ao considerar as principais necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social, o PBF se mostra também ligado ao fomento da formação escolar destes alunos, pois lhes fornece subsídio para que possam continuar frequentando a escola, além de outros benefícios que têm impactos positivos em diversas áreas de suas vidas, inclusive na saúde.

Fazendo, pois, uma busca dos índices de evasão escolar no município de Brejo do Cruz – PB e sua relação com o Bolsa família foi verificado que a cidade foi contemplada com o Programa no ano de 2005. Desta forma, buscando dados deste período, foram encontradas informações sobre a evasão nas três escolas contempladas neste estudo somente a partir do ano de 2010. Isso se deve ao fato de que as informações informatizadas só foram disponibilizadas a partir de 2010 pelo INEP. É mister frisar que a pesquisadora entrou em contato com gestores e coordenadores pedagógicos das 3 escolas lócus de estudo, porém só foram disponibilizados os números das taxas de rendimento dos anos 2010, 2011 e 2012.

Com efeito, analisando a escola 1 quanto à sua taxa de rendimento referente ao período de 2010 a 2012 disponibilizada pelo INEP vê-se que em 2010 a escola teve um índice de 4,0% de abandono nos anos iniciais. No ano seguinte, a escola 1 teve uma expressiva redução nos índices de abandono dos anos iniciais

apresentando 1,8% de abandono escolar. Por fim, em 2012 este índice diminuiu mais chegando a 0,9%.

No que tange ao abandono escolar dos alunos integrantes dos anos finais da escola 1 viu-se que em 2010 o índice era de 8,2%. Já em 2011 este número chegou a 10,1% e em 2012 a taxa de abandono escolar dos anos finais do Ensino Fundamental chegou a 16,9% conforme dados veiculados no portal INEP.

Percebe-se, mediante os dados acima detalhados, que no período compreendido de 2010 a 2012 a taxa de abandono escolar dos anos iniciais teve uma redução significativa, enquanto que a taxa de abandono escolar neste mesmo período aumentou expressivamente.

Analisando estes índices na escola 2 viu-se que em 2010 o número a taxa de abandono escolar nos anos iniciais foi de 5,6%. No ano subsequente, este número teve uma redução para 3,3% e teve mais uma redução chegando a 2,1% em 2012.

Já em se tratando dos números de abandono escolar entre os alunos dos anos finais da escola 2 neste período, viu-se que em 2010 este número era de 20,6%; em 2011 houve uma satisfatória redução para 7,6%, porém voltou a subir em 2012 chegando a 10,9%.

Por fim, avaliando as taxas de rendimento da escola 3 veiculadas pelo INEP, constatou-se que em 2010 os índices de abandono escolar chegaram a 1,3%. Em 2011, este índice zerou e em 2012 houve um aumento para 1,9%.

No que concerne aos anos finais na escola 3, em 2010 o índice de abandono escolar era de 3,9%, no ano seguinte este número subiu para 4,9% e em 2012 chegou a 10,0%.

Mediante a isto, os dados revelam que as taxas de abandono escolar das escolas analisadas são menores em comparação as taxas de abandono escolar dos anos finais. Assim sendo, no período de 2010 a 2012 a escola 2 foi a que apresentou o maior número de abandono escolar (10,9%) dentre as três instituições aqui analisadas.

Além disso, deve-se ressaltar que a temática da evasão também está contemplada no Plano Municipal de Educação da cidade de Brejo do Cruz. A princípio, a evasão é mencionada na terceira meta da educação municipal que trata da universalização do atendimento escolar. Assim, no ponto 3.13 é citada a estratégia de implementação de políticas preventivas da evasão motivada por

preconceito ou qualquer forma de discriminação por meio da criação de redes protetivas contra formas associadas de exclusão.

Este ponto merece destaque, pois parte do entendimento de que a evasão escolar também pode ser resultante de preconceitos vivenciados pelos alunos na escola, os quais podem desestimulá-lo a ponto de que desejem evadir. O sentimento de exclusão, neste sentido, é fomentador da evasão.

Com efeito, consta ainda, na sétima meta do Plano o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades “com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o IDEB projetadas para essa rede municipal de ensino” (PME, 2015, p.15).

Ora, para atingir estas metas, o Plano aborda algumas estratégias a serem desenvolvidas em toda a rede municipal de ensino. Dentre essas estratégias, uma contempla, especificamente, a temática da evasão escolar. Justamente, no ponto 7.13 é mencionado que o município assegura a parceria com a União e o estado para transporte gratuito a todos os alunos da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória por meio de renovação e padronização integral da frota de veículos, em conformidade com as especificações estipuladas pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e financiamento compartilhado, “com participação da União proporcional às necessidades municipal, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.” (PME, 2015, p.18).

Deste modo, conclui-se que compreender o que acontece ao alunado para além dos muros da escola é importante para aproximá-la da sua realidade e, assim, buscar conhecer em sua totalidade os problemas que lhes são impostos pela vida e podem, assim, desmotivá-lo e afastá-lo, por vezes de forma definitiva, da educação escolar. Isto posto, a décima terceira questão intencionava entender:

**13) Na sua opinião quais são os fatores externos que mais influenciam nesse processo de evasão?**

Para a **Gestora da Escola 1**: *“Um dos fatores externos que mais influenciam é a condição social de alguns alunos. Eles não enxergam a educação como possibilidade de mudança de realidade. Com isso, muitos alunos se sentem desmotivados e acabam se afastando da escola.”*

A **Gestora da Escola 2** respondeu que: *“Os fatores externos que influenciam para a evasão são a falta de autoridade dos pais com os filhos; a violência doméstica; a desestruturação das famílias e condições socioeconômicas.”*

O **Gestor da Escola 3** afirmou que: *“Dentre os diversos fatores existentes, pode-se destacar: a falta de perspectiva e atrativos no ensino; a pobreza (necessidade de trabalho do aluno); a gravidez na adolescência; a falta de acompanhamento e incentivo familiar, a prostituição e as drogas.”*

A **Coordenadora Pedagógica da Escola 1**, disse que: *“Sabemos que alguns alunos abandonam a escola sem justificar os motivos. Os mais recorrentes são: o trabalho; gravidez; desmotivação e a necessidade de cuidar de familiares.”*

Para a **Coordenadora da Escola 2**, *“Este fato se dá pois muitos alunos, sobretudo do 6º ao 9º anos, veem a necessidade de trabalhar para ajudar em casa ou para ter a própria renda.”* Ela ainda cita: a desmotivação, a falta de acompanhamento, fatores econômicos, sociais e familiares.

No entendimento das **Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3**: *“Os fatores externos são: a baixa renda da família; o próprio desinteresse educativo; trabalho, doenças; desvalorização da educação; distância/deslocamento do local de morada; alunos andantes (nômades) e influências sociais.”*

Mediante os discursos dos entrevistados, pode-se ver que todos citam causas diversas atreladas à evasão dos alunos. Percebe-se que o Gestor da Escola 3 citou também um fator interno associado à evasão escolar: a falta de perspectiva e atrativos no ensino que é, na verdade, um dos maiores problemas internos que uma instituição escolar pode ter, pois acarreta na desmotivação do alunado. Com efeito, é preciso que a escola adapte seu currículo à realidade do seu público alvo, considerando a cultura local e respeitando as diretrizes dos documentos norteadores da educação no país fazendo, inclusive, uma relação com as experiências vividas em outros contextos de aprendizagem e interação humana.

Para Duarte (2009) a falta de políticas públicas para a educação apropriadas à realidade do Brasil e os cortes dos investimentos neste setor configuram-se como os principais responsáveis pelo sucateamento das instalações escolares bem como pela progressiva defasagem salarial dos educadores e, por conseguinte, pelo descrédito de muitas pessoas quanto à eficiência da escola pública.

Indubitavelmente, a falta de investimentos na educação é um problema sério que prejudica todo o processo de ensino, pois o acesso ao saber, e um saber de

qualidade, é primordial para o crescimento de um país. Nesse sentido, quando as entidades governamentais se omitem quanto às suas responsabilidades de investimento na educação, elas culminam por prejudicar tanto as gerações atuais quanto as gerações futuras que precisarão de oportunidades e acesso para ascender socialmente por meio da formação acadêmica.

Os fatores internos que causam a evasão também devem ser contemplados no plano de trabalho escolar, pois revelam aspectos falhos deste plano e precisam, deste modo, ser destacados e problematizados nos planejamentos a curto, médio e longo prazo da instituição. Com efeito, a décima quarta questão visava saber:

**14) Na sua opinião quais os fatores internos que mais influenciam na evasão dos alunos da escola?**

Nas palavras da **Gestora da Escola 1**: *“Um dos fatores internos que mais influencia na evasão é a falta de planejamento sistematizado de alguns professores que conseqüentemente apresentam aulas monótonas que não despertam nos alunos prazer e interesse pelo conhecimento.”*

Segundo a **Gestora da Escola 2**, os fatores internos que influenciam na evasão são: *“Os transtornos ou dificuldades de aprendizagem; a falta de compromisso familiar; as questões de saúde, problemas com bullying, etc.”*

O **Gestor da Escola 3**, por sua vez, ressaltou que: *“ Os fatores internos mais presentes são: a defasagem na prática pedagógica; reprovação; distorção idade-série; falta de investimentos na escola, violência e/ou bullying.”*

Na percepção da **Coordenadora Pedagógica da Escola 1**: *“ São muitos os fatores que interferem no abandono escolar: A reprovação; o método de ensino; a falta de interesse do próprio aluno; o incentivo da família; o bullying, dentre outros.”*

A **Coordenadora da Escola 2** afirmou: *“ Acredito que alguns dos fatores internos que propiciam a evasão escolar sejam: a dificuldade de aprendizagem que muitos alunos têm; o bullying que, mesmo sendo combatido, ainda é bastante comum na escola; a falta de estímulo por parte de algumas famílias, bem como, a baixa estima de alguns alunos.”*

De acordo com as **Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3**, entre estes fatores estão: *“ A necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar; problemas de saúde e muitas vezes a dificuldade de aprendizagem.”* Foram citados, ainda: a

prática pedagógica não atrativa; distorção idade-série; o trabalho da equipe gestora (quando este não está envolvido com toda a realidade escolar).

Como se vê, alguns dos profissionais novamente citaram fatores externos e internos da evasão escolar, revelando certa dificuldade em fazer uma diferenciação destes fatores. Entendem-se como fatores internos aqueles que surgem dentro da própria instituição escolar e, por sua vez, os fatores externos, são aqueles decorrentes da realidade para além da escola, seja do âmbito familiar ou de outros espaços em que o aluno vivencia.

É mister frisar, ainda, que as Coordenadoras da Escola 2 e 3, respectivamente, deram ênfase aos fatores externos às escolas denotando dificuldade em perceber os fatores da dinâmica das escolas em que atuam que contribuem com a evasão. Apenas o Gestor da escola 3 conseguiu elucidar fatores da realidade da escola que administra que estão relacionados à evasão dos estudantes. Para combater a evasão escolar é preciso ter um olhar atento não somente para os fatores externos, mas inclusive para as causas internas da escola que motivam o aluno a evadir. Sabendo, pois, detalhadamente destes fatores, torna-se mais possível ressignificar o trabalho melhorando-o e buscando aproximar cada vez o aluno.

Oliveira (2012) corrobora com esta ideia quando menciona que os alunos evadem, inclusive, em razão da falta de vagas nas escolas, falta de professor e de material didático e, ainda, por considerarem que a formação que a escola oferta não se dá de forma significativa para eles.

Ainda, vê-se que um aspecto interessante citado por alguns dos colaboradores foi a ocorrência do *bullying* que gera conflitos e pode, ainda, propiciar a evasão dos alunos que sofrem deste tipo de violência.

Segundo Matos e Gonçalves (2009) o *bullying* é um dos comportamentos mais comuns na nossa sociedade em que se tem a percepção de que se deve dominar aqueles que são percebidos como mais fracos, vulneráveis. Sob esta ótica, os homens oprimem as suas companheiras, as crianças mais velhas, oprimem as mais novas. Na visão das autoras, apesar de o *bullying* estar associado ao que é tido como violência, ainda não lhe é dada a devida atenção. Em vista disso, muitas pessoas que trabalham em escolas, inclusive o corpo docente, não encara este tipo de comportamento como ameaça e opressão.

Contudo, o que se vê no cotidiano de muitas escolas no país, são práticas de *bullying* que favorecem a exclusão e culminam por prejudicar todo o processo formativo dos sujeitos vitimados. Neste sentido, é dever da escola realizar um trabalho constante de escuta e observância a estas situações de modo a coibir a prática e atender aos alunos vitimados buscando motivá-los a superarem as agressões sofridas.

Considerando a importância do Projeto Político Pedagógico – PPP na efetivação do trabalho escolar de forma bem sucedida, a décima quinta questão teve por finalidade verificar se:

**15) A problemática da evasão está contemplada no PPP da escola? De que forma?**

A **Gestora da Escola 1** informou que: *“Não diretamente. O PPP não apresenta ações específicas que atendam essa temática, porém há outras ações que contemplam indiretamente, como: reuniões de pais e mestres e realização do Conselho de Classe.”*

A **Gestora da Escola 2**, por sua vez, afirmou que: *“Sim, através das metas e ações desenvolvidas por toda a equipe escolar para reduzir o problema e a reprovação dos alunos.”*

Igualmente, o **Gestor da Escola 3** afirmou que o PPP da instituição traz ações contra a evasão, no entanto: *“ Algumas ações que são desenvolvidas não estão sistematizadas, sendo necessário a adequação do projeto.”*

A **Coordenadora Pedagógica da Escola 1** confirmou a fala da Diretora ao mencionar que o PPP da instituição não contempla diretamente a evasão, mas que a escola realiza diversas ações para este fim, através de: *“visitas domiciliares; reuniões de pais e mestres; projetos interdisciplinares, etc.”*

De acordo com a **Coordenadora Pedagógica da Escola 2**, as ações do PPP da escola visam diminuir e/ou zerar a evasão.

Segundo informaram as **Coordenadoras da Escola 3**, a problemática é contemplada no Projeto, porém *“algumas destas ações que a escola desenvolve não estão sistematizadas no PPP sendo necessária uma sistematização do mesmo.”* Assim, no entendimento das profissionais, faz-se necessária uma reflexão e uma revisão do projeto pedagógico que é a linha condutora do fazer escolar.

Os dados acima detalhados apontam para uma necessidade de reflexão e melhoria do PPP das escolas, mesmo aquelas que já contemplam a temática da evasão em seus direcionamentos. Essa constante busca por melhorias é necessária a fim de estreitar, cada vez mais, a relação entre o trabalho desenvolvido e as necessidades do público discente atendido pela escola. Um trabalho pedagógico bem sucedido é aquele que foi devidamente problematizado, planejado e aplicado com a flexibilidade de adequações que venham a trazer benefícios para todos os membros da comunidade escolar.

Veiga (2007) atenta para o fato de que a elaboração do Projeto Político Pedagógico está intrinsecamente vinculada à formação humana, o que significa trilhar caminhos participativos e solidários, com o intuito de construir uma escola melhor para todos que dela fazem parte. Para a estudiosa, a escola é uma organização viva que divide de uma totalidade social e, por conseguinte, o seu PPP precisa ser também vivo e dinâmico a fim de direcionar o movimento escolar.

A comunidade na qual a escola está situada pode ser determinante para que a evasão apresente índices maiores ou menores. Indubitavelmente, a participação das famílias que fazem parte destas comunidades tende a ser determinante no trabalho engajado de minimizar ao máximo o número de alunos evadidos. Sabendo disto, a décima quinta questão tinha o intuito de saber:

**16) A comunidade na qual a escola está inserida, no seu ponto de vista, apresenta dificuldades para lidar com a evasão? Em sua opinião, de que maneira a comunidade local pode colaborar ou não para o problema da evasão escolar?**

A **Gestora da Escola 1** declarou: “A nossa escola é composta por alunos de diversas comunidades. Em relação às dificuldades, elas existem, porém procuramos sanar de acordo com as estratégias propostas. A comunidade em que a escola está inserida é bem tranquila e acredito que colabora de forma positiva no combate à evasão escolar.”

A **Gestora da Escola 2** afirmou que: “A comunidade local já foi mais resistente, mas através das nossas ações hoje ela tem ajudado bastante sobre essa questão colaborando e participando da vida escolar dos seus filhos, sempre nos apoiando nos eventos desenvolvidos na escola, com uma boa frequência, nas reuniões e a cada dia a escola tem minimizado a evasão escolar.”

O **Gestor da Escola 3** informou que a comunidade em que está inserida a escola *“apresenta mínimas dificuldades no tocante às ações de âmbito pedagógico e administrativo a serem solucionadas.”* Segundo ele, existem fatores próprios da escola como práticas pedagógicas deficientes, *bullying* e outros. Já se tratando de fatores externos, a escola apresenta-se com uma dificuldade maior. A contribuição da comunidade local para o melhoramento da evasão escolar se daria em relação ao fortalecimento de uma cultura de valorização da aprendizagem sistematizada como forma de desenvolvimento pessoal e melhores condições de vida.

Para a **Coordenadora Pedagógica da Escola 1** a comunidade não apresenta dificuldades em lidar com a evasão já que nesta comunidade *“esse índice é baixo e é feito um trabalho em conjunto entre escola e famílias para evitar esse problema.”* Ainda, a Coordenadora informou que ao ser identificados casos de evasão, são feitas visitas, conversa com as famílias e alunos a fim de saber o motivo da evasão para então buscar soluções para combater esse problema.

A **Coordenadora Pedagógica da Escola 2** revelou: *“ A comunidade em que trabalho é bastante difícil. Os fatores sociais influenciam bastante no processo de evasão, contudo, essa realidade vem mudando ao longo dos anos e, acredito que conseguiremos manter as nossas metas de diminuir ao máximo o número de evasão escolar.”*

Conforme dados evidenciados pela Gestão escolar e pelas Coordenadoras Pedagógicas da Escola 3 a escola tem uma boa comunicação com as famílias e isto vem demonstrando resultados positivos sobre a evasão, pois as mesmas acompanham de perto a frequência dos alunos e as atividades que estão sendo aplicadas para um melhor andamento das relações interpessoais. No entendimento das entrevistadas, a comunidade apresenta, portanto, mínimas dificuldades quanto a essas questões. Assim, no tocante às ações de âmbito pedagógico e administrativo, os problemas são solucionados pela própria escola, a exemplo da prática pedagógica e do *bullying*, contudo, quando se trata de fatores externos à escola, como a situação econômica dos alunos, a escola fica impossibilitada de resolver. Neste quesito, as entrevistadas acreditam que a escola poderia contribuir para a erradicação da evasão se existissem políticas públicas que garantissem o bem estar social, pois assim nenhum fator externo seria capaz de afetar o estudante.

Notoriamente, as vivências relatadas pelos entrevistados supracitados revelam um bom diálogo, da maioria deles, com a comunidade atendida pelas

instituições escolares. É importante frisar, dentre os discursos acima transcritos, a fala da Gestora e da Coordenadora Pedagógica da Escola 2, cujas mesmas revelam atuar em uma comunidade difícil, mas que ao longo do tempo, com trabalho engajado e dedicação, tem se aberto ao diálogo e parceria na formação de seus filhos.

Com efeito, todos os entrevistados denotaram conhecer a importância da parceria e colaboração da comunidade com o trabalho da escola em combate à evasão. Sem a parceria entre essas duas partes, o sucesso educacional torna-se um desafio ainda maior e com mínimas chances de ser alcançado.

Deste modo, Leite e Pedro (2015) asseguram que é crucial que a escola conheça os alunos e as famílias com as quais se lida, especialmente que a instituição saiba das suas dificuldades, seus planos, medos e anseios. Enfim, que características e que particularidades marcam a trajetória de cada família e, por conseguinte, do educando a quem se atende. Essa abordagem por parte da escola estreita os laços com as famílias e alunos e pode ser determinante para a busca conjunta de soluções para problemas como a evasão escolar.

#### **7.4 Reflexões sobre as possibilidades de ações interventivas frente à evasão escolar**

Para que possa enfrentar os dilemas que se apresentam no decorrer da dinâmica escolar, é preciso que Gestão e Coordenação pedagógicas bem como, toda a comunidade docente, esteja atenta à realidade da comunidade escolar em que atuam e possam, a partir desta realidade, traçar medidas de enfrentamento da evasão.

A partir da análise dos dados fornecidos no questionário aplicado percebeu-se certa dificuldade por parte de alguns profissionais entrevistados em identificarem problemas internos às escolas que vêm culminando, ao longo dos últimos anos, com a evasão. Partindo, pois, desta percepção, a primeira proposta às equipes é justamente fazer um mapeamento minucioso dos pontos fracos da escola que podem ser, por exemplo: estrutura física precária; dificuldade de diálogo professor-aluno; localização da escola distante dos alunos; necessidade de inovação da prática docente, dentre outros.

Sabe-se que a escola precisa ter esse olhar crítico para sua própria realidade e, sobretudo, para o trabalho que realiza de modo que possa fazer as mudanças necessárias para que possa atender às necessidades do seu público alvo.

A segunda proposta seria investir em capacitação docente e rever a prática pedagógica da escola. Essas atitudes revelam o compromisso da escola em melhorar seu trabalho a partir, principalmente, do aprimoramento das habilidades dos seus professores. O professor que tem a sua formação continuada está mais capacitado a trabalhar num contexto educacional que se recicla diariamente. Assim, para que possa atender às novas demandas educacionais e dominar as novas tecnologias e práticas escolares, é preciso investir na formação que contemple estas mudanças.

Além disso, rever a prática pedagógica mostra um compromisso sério com o alunado e pode ser feita através da escuta dos discentes visando conhecer suas propostas para tornar mais atrativo o estudo em sala de aula, assegurando que os estudantes possam usar os conceitos estudados na realidade fora da escola.

Conforme já fora mencionado ao longo da pesquisa, o investimento em novas tecnologias para a inovação do trabalho educacional também é uma proposta de ação que pode ser determinante para evitar a evasão do alunado. Partindo do entendimento que a grande maioria dos alunos hodiernamente convive com as novas tecnologias e se utiliza delas nas mais diversas atividades, levar esses recursos para a sala de aula de forma criativa e dinamizada pode ser preponderante para estimular a curiosidade e interesse do aluno.

Outra medida aqui proposta é a redução do número de alunos em classe. Evidentemente, a superlotação ainda é um problema sério na rotina de muitas escolas do país, especialmente da rede pública. O número exacerbado de alunos em uma sala pode contribuir para que muitos destes alunos desanimem quanto aos estudos. Com efeito, o número elevado de alunos em turmas pode favorecer a dispersão, dificultando significativamente o trabalho do professor que precisa atender a um número elevado de estudantes sendo que, muitas vezes, isso não se faz de forma bem sucedida justamente pelo maior número de pessoas a serem atendidas.

A realização de projetos interdisciplinares é uma alternativa que pode colaborar bastante para entusiasmar os alunos e também os professores. Este tipo de projetos, quando devidamente aplicado, tende a ser proveitoso para alargar conhecimentos e proporcionar aos alunos experiências que visem distanciá-los da

monotonia e das práticas tradicionalistas de ensino que, conforme já fora sublinhando, pouco colaboram para uma educação reflexiva em que o aluno atue diretamente na construção do seu saber.

Por fim, sugere-se um estreitamento dos vínculos entre a família e a escola buscando nos familiares um apoio e maior colaboração nas atividades e no incentivo dos alunos. Aquelas famílias que por ventura evidenciem problemas e façam parte do grupo de maior vulnerabilidade social, precisam de maior atenção e neste sentido, a escola pode ver a possibilidade de levar a necessidade das famílias para o CRAS da cidade, como meio de proporcionar a estas pessoas a vivência de situações e até mesmo a conquista de apoio de programas federais cabíveis, por exemplo, para que vivenciem melhorias de vida que lhes motivem a investir na formação escolar de seus filhos.

## 8. CONCLUSÃO

A importância do ensino escolar é inquestionável, pois é através da escolarização que as pessoas podem se preparar para exercer as mais diversas profissões e garantir, com isso, a sua subsistência ao mesmo tempo em que colaboram para o crescimento de seu país.

Também é inegável, neste sentido, que a prática pedagógica e o sistema educacional – sobretudo o público – são permeados por desafios que precisam ser problematizados cotidianamente no âmbito escolar de modo que todos os profissionais atuantes neste segmento possam estar aptos a enfrentá-los buscando as melhorias necessárias para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Desta maneira, a presente pesquisa voltou-se de forma mais aprofundada para um destes desafios que é a evasão escolar. Objetivou-se analisar sua ocorrência em três escolas públicas pertencentes ao município de Brejo do Cruz – PB. Além disso, buscou-se conhecer as ações de enfrentamento do problema e, assim, analisar a percepção dos gestores e coordenadoras das referidas escolas sobre o tema tendo em vista que a intervenção destes profissionais também pode ser determinante para a minimização ou evolução do problema.

Assim sendo, viu-se que as três escolas analisadas reduziram significativamente o número de alunos evadidos nos segmentos I e II do Ensino Fundamental do período de 2013 até 2019. Conforme exposto nas atas de encerramento das escolas, as Escolas 1 e 2 conseguiram zerar o índice de evadidos no decorrer do período citado e a Escola 3 reduziu quase a zero este índice.

A partir dos dados acima listados, pode-se ver que o trabalho desenvolvido na escola no tocante à evasão tem revelado sucesso. A partir das colocações feitas por gestores e coordenadoras pedagógicas, vê-se que os mesmos realizam ações interventivas partindo, a princípio, de um trabalho de motivação do alunado até medidas como contato com o Conselho Tutelar da cidade a fim de buscar solução para os casos de alunos evadidos.

A família, segundo os colaboradores, também é primordial neste processo e a atuação das comunidades em que se situam as escolas também é primordial para combater a evasão. Com efeito, das três escolas lócus de estudo, apenas a comunidade da Escola 2 foi citada pela Coordenadora Pedagógica como “difícil”.

Contudo, a redução dos alunos evadidos reflete o empenho dos profissionais atuantes na unidade quanto a esta questão.

É mister frisar, ainda, que constatou-se uma dificuldade em alguns entrevistados citarem problemas de ordem interna atrelados à evasão escolar. Essa falta de percepção pode ser prejudicial tendo em vista que não só os fatores externos à escola são determinantes para a evasão, mas inclusive os fatores internos. Se a escola quer cumprir com a sua função social ela precisa estar comprometida com o hábito de se reciclar e mudar as metodologias de ensino e todo e qualquer hábito ou ato que esteja em discordância com o que é pertinente para o sucesso de seu trabalho.

Nessa perspectiva, viu-se que alguns dos entrevistados se detiveram a citar os problemas externos, mas não demonstraram uma visão crítica quanto às suas dificuldades e às melhorias que são de responsabilidade da equipe escolar.

Deste modo, os dados colhidos através das atas e das informações concedidas pelos colaboradores revelam, de modo geral, que a evasão escolar tem diminuído significativamente nos últimos anos. Além disso, as equipes entrevistadas possuem bom domínio do assunto e da importância, inclusive, da parceria com as famílias para melhor atender os alunos e evitar que evadam.

Portanto, espera-se que esta pesquisa suscite o interesse em realizar novas pesquisas que venham a agregar saberes acerca da evasão escolar, da importância da gestão e coordenação pedagógica escolar, bem como da família, comunidade docente, no trabalho engajado para combater o problema da evasão e oferecer cada vez mais um ensino qualitativo, especialmente nas escolas públicas do país que atendem a um grande número de estudantes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Célia Verônica Paranhos de Jesus; PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus. **Família e escola: como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais.** Salvador: EDUFBA, 2009.

ANTUNES, Celso. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 4ª edição- Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>, Acesso em 22 nov 2018.

\_\_\_\_\_, CF - **Constituição Federativa do Brasil.** 1988.

\_\_\_\_\_, Pedro. **Educação e qualidade.** 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

BRASIL. Lei 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional.** Edição atualizada até março de 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 25 jun 2020.

BREJO DO CRUZ –PB, **Plano Municipal de Educação,** 2015.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico.** Educar em Revista, n. 17, p. 101-110, 2001.

CAIXA, **Bolsa Família,** 2020. Disponível em: < <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx#:~:text=As%20fam%C3%ADlias%20pobres%20participam%20do,h%C3%A1%20menos%20de%202%20anos.> > Acesso em 27 set. 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. **Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.** Revista de Economia Contemporânea, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2010.

CATTANI, Antonio David; FERRARINI, Adriane Vieira. **Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 164-172 jul./dez. 2010 p. 170.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: um campo de atuação do Gestor Educacional na Escola.** Brasília: Escola de Gestores, 2005. Disponível em < <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em 25 jun 2020.

DAVIS, Claudia Oliveira. **Psicologia na educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

DEMO, Pedro. **Aprender bem/mal.** São Paulo, 2019.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contexto de desenvolvimento humano.** Paidéia, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DUARTE, Carlos Alexandre Turque. **A evasão escolar no sistema público brasileiro de educação básica.** 2009. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **Direito da criança e do adolescente: direito fundamental à educação.** Presidente Prudente-SP: AFIPP, 2011 (v. 2).

FILHO, Raimundo Barbosa Silva; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências.** Educação Por Escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** 9 ed. São Paulo, SP: Cortêz, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época: v.24).

INEP (2019). Disponível em: [http://inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/indicadores-de-fluxo-escolar-apontam-queda-na-evasao-para-ensino-fundamental-e-medio/21206](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/indicadores-de-fluxo-escolar-apontam-queda-na-evasao-para-ensino-fundamental-e-medio/21206) Acesso em 06 maio de 2020.

LEITE, Francisca Oleania Torquato. PEDRO, Isaura Graça. **Família e escola: parceria necessária para erradicar o fracasso escolar.** 2015. Dissertação de Mestrado.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MATOS, Margarida Gaspar de; GONÇALVES, Sónia M. Pedroso. **Bullying nas escolas: comportamentos e percepções.** Psicologia, saúde & doenças, v. 10, n. 1, p. 3-15, 2009.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de. **“Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA.** 2012, p.05. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos.pdf>: Acesso em 01 ago 2020.

ROCHA, Idnelma Lima da. **O Ensino Fundamental no Brasil—uma análise da efetivação do direito à educação obrigatória.** 2014.

RUIDO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** Petrópolis, Vozes, 1986.

SANTOS, Gizelle Alves Xavier dos. **A importância do gestor escolar na qualidade do ensino ofertado.** 2014.

SEVERINO, Antônio Junqueira. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. Ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIRASU, Maitê Rimekká; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque. **Determinantes da evasão e repetência escolar.** Encontro nacional de economia, v. 43, 2015.

SILVA, Eliana Maria da Nóbrega; SANTOS, José Ozildo dos. **Evasão escolar: Um problema, várias causas.** Revista brasileira de educação e saúde, v. 5, n. 4, p. 30-35, 2015.

SILVA, Francisco Marcos da *et al.* **A importância da estrutura e funcionamento da educação básica.** 2014.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de; TEIXEIRA, Danile Caetano da Silva; SILVA, Maria Carolina Yazbek Gonçalves da. **Conselho Tutelar: um novo instrumento social contra o fracasso escolar?**. 2003.

SPLENDOR, Elisângela Fabiana. **Evasão Escolar: o motivar, a família e a importância do Ensino Médio**, *in*: Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do Professor PDE, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2007.

WERNECK, Hamilton. **Se a boa escola é a que reprova, o bom hospital é o que mata**. 9ª edição- Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287- 1302, set./dez. 2007. Disponível em: Acesso em: 04 de abril de 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - ATAS DE ENCERRAMENTO DAS TRÊS ESCOLAS (PERÍODO DE 2013 A 2019):

#### ESCOLA 1 – ATA DE ENCERRAMENTO

ANO	SERIE/ ANO	MAT. INICIAL	TRANSF ERIDOS	EVASÃO	ADMITID O	MAT. FINAL	APROVADO	REPROVADO
2013	1º AO 9º ANOS	252	16	25	04	215	183	32
2014	1º AO 9º ANOS	231	11	12	17	225	179	46
2015	1º AO 9º ANOS	193	10	04	02	181	161	20
2016	1º AO 9º ANOS	232	23	15	07	161	186	15
2017	1º AO 9º ANOS	204	08	01	05	200	189	11
2018	1º AO 9º ANOS	153	11	00	00	142	130	12
2019	1º AO 9º ANOS	196	27	00	14	183	163	20

Tabela 1 - Dados colhidos e organizados pela pesquisadora

#### ESCOLA 2 – ATA DE ENCERRAMENTO

ANO	SERIE/ ANO	MAT. INICIAL	TRANSF ERIDOS	EVASÃO	ADMITID O	MAT. FINAL	APROVADO	REPROVADO
2013	1º AO 9º ANOS	430	32	30	23	391	357	34
2014	1º AO 9º ANOS	417	39	30	14	362	334	28
2015	1º AO 9º ANOS	410	26	15	13	382	330	52
2016	1º AO 9º ANOS	387	18	04	16	381	349	32
2017	1º AO 9º ANOS	375	51	04	11	331	301	30
2018	1º AO 9º ANOS	322	56	03	23	286	265	21
2019	1º AO 9º ANOS	324	35	00	09	296	280	16

Tabela 2 - Dados colhidos e organizados pela pesquisadora

### ESCOLA 3 – ATA DE ENCERRAMENTO

ANO	SERIE/ ANO	MAT. INICIAL	TRANSF ERIDOS	EVASÃO	ADMITID O	MAT. FINAL	APROVADO	REPROVADO
2013	1º AO 9º ANOS	189	07	08	10	184	170	14
2014	1º AO 9º ANOS	195	08	10	16	193	171	22
2015	1º AO 9º ANOS	240	11	04	17	242	223	19
2016	1º AO 9º ANOS	269	16	04	11	260	248	12
2017	1º AO 9º ANOS	308	23	06	10	289	271	18
2018	1º AO 9º ANOS	317	29	01	14	301	284	17
2019	1º AO 9º ANOS	387	28	01	19	377	363	14

Tabela 3 - Dados colhidos e organizados pela pesquisadora

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA AOS GESTORES E  
COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS**



Caro (a) Gestor (a), Coordenador (a) Pedagógico (a),

Este questionário visa recolher dados para a realização de um estudo no âmbito de uma Graduação em Gestão Pública/Tecnólogo, na Universidade Estadual da Paraíba cujo tema é "Evasão escolar: possíveis causas e ações interventivas para minimizar a evasão no Ensino Fundamental das escolas municipais de Brejo do Cruz - PB". A primeira parte do questionário é formada por questões objetivas, as quais você deve assinalar com um X e a segunda é composta por questões subjetivas visando conhecer a realidade da sua escola e das suas vivências quanto ao assunto em questionamento. As suas respostas serão confidenciais servindo apenas para atender aos objetivos da pesquisa cuja principal finalidade é analisar o processo de evasão escolar junto a escolas públicas municipais de Brejo do Cruz – PB. Ressalta-se que o seu nome, bem como a identificação da escola e dos profissionais que dela fazem parte não serão identificados. Ademais, caso os espaços para transcrição das suas respostas não sejam suficientes, podem usar o verso da folha para completá-las.

Contamos com a sua colaboração!

**QUESTIONÁRIO: PARTE I**

Entrevistado (a):

1) Assinale a opção que corresponde ao cargo e escola em que você trabalha:

**GESTOR:**

ESCOLA 1 ( ) ESCOLA 2 ( ) ESCOLA 3 ( )

**COORDENADOR PEDAGÓGICO:**

ESCOLA 1 ( ) ESCOLA 2 ( ) ESCOLA 3 ( )

2) Indique a sua idade:

20 a 25 anos ( )

25 a 35 anos ( )

35 a 55 anos ( )

3) Qual a sua formação acadêmica?

Superior incompleto ( )

Superior completo ( )

Pós-graduação incompleto ( )

Pós-graduação completo ( )

4) Há quanto tempo atua na Escola ?

( ) Menos de 1 ano

( ) 1 a 3 anos

( ) 3 a 5 anos

( ) 5 a 10 anos

( ) Mais de 10 anos

5) Qual a sua situação profissional?

( ) Profissional efetivado (a)

( ) Profissional contratado (a)

### QUESTIONÁRIO: PARTE II

6) Quais são as ações/políticas que têm sido desenvolvidas pela escola no combate à evasão?

---

---

---

---

7) Como estas políticas têm sido desenvolvidas?

---

---

---

---

8) Quais são os aspectos sociais, culturais e econômicos que você considera como determinantes da evasão destes alunos?

---

---

---

---

9) Na sua opinião qual é a responsabilidade da escola no processo de inclusão dos alunos e no combate a esta exclusão desses estudantes no sistema educacional?

---

---

---

---

---

10) Como tem sido a relação escola/família no que diz respeito a problemática da evasão?

---

---

---

---

---

11) Como tem sido a relação da escola com o Conselho Tutelar da cidade no que diz respeito ao enfrentamento da problemática da evasão?

---

---

---

---

12) Em relação a esse trabalho de combate à evasão, a escola tem casos de sucesso ou mesmo de fracasso que sejam consideráveis?

---

---

---

---

13) Na sua opinião quais são os fatores externos que mais influenciam neste processo de evasão?

---

---

---

---

14) Na sua opinião quais são os fatores internos que mais influenciam na evasão dos alunos da escola?

---

---

---

---

---

15) A problemática da evasão está contemplada no PPP da escola? De que forma?

---

---

---

---

---

---

16) A comunidade na qual a escola está inserida, no seu ponto de vista, apresenta dificuldades para lidar com a evasão? Em sua opinião, de que maneira a comunidade local pode colaborar ou não para o problema da evasão escolar?

---

---

---

---

---